

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

15 de janeiro de 2014

AUDIÇÃO:

- 1. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.**
- 2. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana (Pág.45)**

O Sr. **Coordenador** (Guilherme Silva): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

Eram 9 horas.

Já temos aqui as pessoas, mas faltam dois dos previstos, que são a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, que têm dificuldades em vir, mas estão disponíveis para vir noutra data, que se venha a fixar.

Queria agradecer, naturalmente, a disponibilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para vir aqui, a este Grupo de Trabalho.

Como sabem, este Grupo de Trabalho foi constituído por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia, na sequência de um ano que foi difícil em matéria de incêndios florestais, e destina-se a que a Assembleia faça uma reflexão e recolha o máximo de contributos com vista a eventuais recomendações a fazer ao Governo e também à adoção de providências legislativas ou outras, que contribuam para uma maior eficácia, no âmbito da prevenção e do combate aos fogos florestais.

Já tivemos, aliás, oportunidade, numa reunião que tivemos na Proteção Civil, de ouvir uma posição muito consistente e aprofundada do Sr. Representante, que, aliás, veio com a vossa representação, do Instituto da Conservação da Natureza, mas naturalmente que gostaríamos aqui, no próprio Grupo de Trabalho, ter a vossa visão isolada, formalizada e com os contributos que entendam trazer-nos e dar-nos.

O que está fixado, em termos de método de trabalho, são 10 minutos para a intervenção inicial da Sr.^a Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Depois, seguir-se-á a intervenção-pergunta dos Grupos

Parlamentares por cinco minutos, sendo a última intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, que é o Deputado-Relator deste Grupo de Trabalho.

Mais uma vez, muito obrigado pela vossa disponibilidade.

Dava a palavra à Sr.^a Eng.^a Paula Sarmento.

A Sr.^a **Eng.^a Paula Sarmento** (Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas): - Muito obrigada por esta oportunidade de tentarmos expor aqui um pouco qual é a função de prevenção estrutural do ICNF, no contexto do Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios, que é, de fato, o nosso instrumento fundamental, que tentamos seguir de forma criteriosa e com todo o empenho, de modo a garantir que conseguimos minimizar, naquilo que são as nossas atribuições, o flagelo que são os incêndios.

De fato, o ano de 2013 foi um ano crítico essencialmente face às mortes que ocorreram, foi um ano em que os índices meteorológicos tiveram características com uma severidade muito elevada que, desde 2001, nalgumas regiões do País, foram mesmo as mais críticas e, no entanto, do ponto de vista de incêndios florestais, não aconteceu da mesma forma. Nós tivemos cerca de 150 000 hectares de área ardida e cerca de 55 mil hectares de povoamentos florestais e estes valores, no caso da área total, estão ligeiramente acima da média dos últimos 10 anos, no caso dos povoamentos florestais são inferiores mas, de qualquer forma, não acompanharam o índice de severidade esperado.

Eu não ia ocupar os 10 minutos e ia passar a palavra ao Eng.^o Rui Almeida, uma vez que estou acompanhada pelo Sr. Vice-Presidente e pelos dois dirigentes, que têm a área da proteção florestal a seu cargo no ICNF, e ia pedir ao Eng.^o Rui Almeida, se houvesse possibilidade de vos fazer uma breve apresentação, que eu também deixava aos Srs. Deputados e eu ia, aqui, entregar, em papel, a apresentação que nós íamos fazer sobre a prevenção estrutural e um balanço da época de incêndios de 2013, e deixava-vos também - não sei se

vamos ter oportunidade ou não mas acho que é importante para vosso conhecimento - um documento sobre as ações de sensibilização e voluntariado para defesa da floresta que nós, este ano, consolidamos para implementar e também para aumentar a sensibilidade da população em geral, nos diferentes públicos-alvo, em relação a esta matéria. Mas, se calhar, reservava-me para uma breve exposição do Eng.º Rui Almeida, complementada também com comentários que os meus colegas queiram fazer e, depois, ficamos a vossa disposição para as questões que entendam pertinentes, que é capaz de ser mais produtivo.

O Sr. **Presidente**: - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eng.º Rui Almeida.

O Sr. **Eng.º Rui Almeida** (Vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas): - Peço um bocadinho enquanto instalo o computador.

A Sr.^a **Eng.^a Paula Sarmento**: - Enquanto esperamos que se ligue o computador, dizia também que a alteração que houve no modelo de ocupação do território, desde o século passado, o colapso do mosaico agro-silvo-pastoril que manteve a nossa tipologia de paisagem durante tanto tempo, também são fatores que aumentam, de fato, o risco e incêndios e, daí, também a importância deste plano de sensibilização para tentarmos identificar quais são as populações-alvo onde podemos ter uma intervenção ativa, do ponto de vista de sensibilização, e até (...) de alguns dos agentes e grupos específicos de risco, com vista a tentar também minimizar comportamentos de risco e conseguir, de alguma forma, reduzir este flagelo.

A nível dos antigos serviços florestais, sempre chamamos espaços florestais a uma percentagem muito grande do território que, eventualmente, independentemente de terem apetência florestal, são espaços rurais. Nós devíamos olhar também para os números que vão ser apresentados, percebendo o que é a área ardida, onde é que há os pontos de ignição, onde começam as ocorrências e o que é que, efetivamente, arde em floresta.

Como sabem, a minha formação é na área do ambiente, portanto, também não posso deixar de vos dizer que, muitas vezes, a forma como é referida a necessidade de limpeza das matas, a mim, enquanto engenheira do ambiente, também me causa algum desconforto porque os ecossistemas florestais são ecossistemas complexos em que, tanto o estrato herbáceo como o arbustivo como o arbóreo são igualmente importantes e têm uma função ecológica muito relevante a desempenhar. O que aqui está em questão não é a limpeza sistemática de matos e de estrato herbáceo, o que está em questão são ações de silvicultura preventiva, implementadas de forma perfeitamente cirúrgica, que permitam constituir barreiras à propagação dos incêndios e minimizar os riscos de ocorrência e de rápida propagação.

Se calhar devia ter informado previamente que pretendíamos fazer a apresentação.

O Sr. **Coordenador**: - Não, com certeza. Já se sabe que as tecnologias são excelentes, mas têm também, às vezes, os seus compassos, a sua lentidão, mas vale a pena porque, depois, ganhamos em qualidade e em tempo.

Pausa.

A Sr.^a **Eng.^a Paula Sarmento**: - Esta informação que vamos fazer tem por base a informação... Não sei se estiveram na sessão de balanço do LNEC da época de incêndios, mas, de qualquer forma, é informação atualizada e

complementada em relação àquela que foi apresentada na altura, pelo que achamos que pode, efetivamente, ser oportuna.

Pausa

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Eng.º Rui Almeida, faça favor.

O Sr. **Eng.º Rui Almeida**: - Então, eu vou descrevendo um bocadinho o que é que tenho da apresentação e, depois, deixo-vos a apresentação que poderão consultar.

A primeira parte da apresentação visava um bocadinho descrevermos o que tem sido a evolução das áreas ardidas nos últimos anos. Isto já é conhecido da maior parte de vocês. O ano caracteriza-se por uma área ardida de um total de cerca de 153 000 hectares, que é o que está apurado neste momento e que se divide em perto dos 98 000 hectares de mato e 55 000 de povoamento, portanto, a repartição entre o que é povoamento e o que é mato é bastante desequilibrado para o lado dos matos. E temos um conjunto do número de incêndios, que aqui é importante percebermos como é que esta distribuição se faz, ou seja, nós temos um total de 19 000 incêndios, mas cerca de 15 000 são muito pequenos incêndios porque são abaixo de um hectare e, depois, temos 3800 acima do hectare. Portanto, são estes 3800 que fazem, basicamente, o problema.

Este ano, as grandes áreas ardidas centram-se, essencialmente, no Norte e no Centro – vocês, provavelmente, já viram esta imagem noutras apresentações - e, portanto, é um conjunto de áreas que surgiram, essencialmente, acima da cota do Mondego para Norte. E há aqui um aspeto importante nesta distribuição das classes de áreas dos incêndios, que tem a ver como se faz a distribuição das áreas pelas classes dos incêndios, ou seja, nós temos muito poucos incêndios nos grandes incêndios e temos muitos incêndios nos pequenos incêndios. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós temos um fator de ignição, uma

capacidade de arranque, nos incêndios muito grande, portanto há uma constante presença de ignições no território mas, desse conjunto de ignições, só uma pequena parte é que dá origem aos grandes incêndios. Portanto, no fundo, é este o padrão que nós temos no território.

Esta distribuição das ocorrências também não é uniforme. As grandes urbes do Porto e Braga tem a maior parte do número de incêndios, mas não tem a maior área ardida, mas as maiores áreas ardidadas saem dessas zonas. Portanto, o grande número de incêndios concentra-se no grande periurbano, que ainda está associado muito à presença humana, toda a causalidade que nós temos é relacionada com a presença humana e, portanto, maior presença humana maior número de incêndios. Portanto, esta relação é clara. E é na grande urbe do Porto e da grande urbe de Braga que se faz um grande número de incêndios. Depois, há outras zonas que aparecem já com um número de incêndios relativamente baixo comparado com a média nacional, mas que dão grandes áreas e, para haver grandes áreas, tem que haver um conjunto de condições, ou seja, as grandes áreas ardidadas que surgem onde? Surgem onde há continuidade florestal, onde nos aparecem grandes espaços florestais e, portanto, temos esta distribuição e este padrão, em termos nacionais.

Depois, em termos de distribuição por espécies, a espécie mais afetada pelas áreas ardidadas - e vamos falar agora apenas nos povoamentos, portanto, vamos excluir os matos - é o pinheiro-bravo. Em termos significativos de distribuição do território, a área do pinheiro-bravo já está ligeiramente abaixo, embora ande ali muito perto da área do eucalipto, mas ainda é o pinheiro bravo a espécie que é mais afetada com os incêndios.

Depois, temos um conjunto de dispositivos - e saltando agora um bocadinho para o dispositivo - com o qual apoiamos a parte do combate. E, basicamente, o dispositivo que a prevenção estrutural põe à disposição do

combate no período de incêndios são os sapadores florestais, que é a grande força que nós temos, e as CNAF (Corpo Nacional de Agentes Florestais), que são equipas do ICNF que fazem a primeira intervenção e fazem vigilância, e, portanto, são equipas equipadas da mesma forma que os sapadores e que complementam esta atividade. Quer dizer que a atividade dos sapadores divide-se em duas grandes componentes: durante o período de «inverno», ou seja, fora do período dos incêndios, eles fazem gestão de combustíveis e manutenção de infraestruturas. E o que é isto de manutenção das infraestruturas? Temos a rede viária e os pontos de água. E, durante o verão, o que fazem é apoio ao combate e vigilância e fazem também ações de rescaldo.

Depois, o serviço também se complementa com um conjunto de equipas, que, nestes últimos anos, têm sido equipas mistas, que são as equipas «GAUF», e, portanto, há uma contratualização de técnicos para serem chefes de equipa, que são as chamadas equipas «GAUF», constituídas, hoje em dia, por um técnico e por dois canarinhos, dois elementos da «FEP», e que, só para vocês terem uma ideia, participaram em cerca de 68 ocorrências e tiveram 104 ativações, este ano. Além disso, porque, a parte final do contrato apanhou um período em que já havia muitos poucos incêndios, foi-nos permitido fazer fogo controlado, e, portanto, estas equipas ainda chegaram a fazer 384 hectares de fogo controlado. As equipas de sapadores participaram em cerca de 8% das ocorrências de incêndios florestais – portanto, são os números - e têm apoio ao combate, que é a segunda fase, em que estas equipas não estão propriamente adequadas a esta tipologia ou a esta fase dos incêndios, mas participaram ainda em 5% e, no rescaldo, participaram em 6% das ocorrências. Portanto, isto em termos gerais.

Estas equipas, no período de inverno, até á data, o que nós temos contabilizado - e estes dados ainda são provisórios porque os dados só são finalizados no final do primeiro trimestre deste ano – e o que já conseguimos

apurar, do que já fizeram, as equipas de sapadores florestais conseguiram fazer já cerca de 5500 hectares de gestão de combustível em serviço público, portanto, o trabalho que eles realizam tem um componente de serviço público. O que é que é este serviço público? É trabalho que é programado pelos técnicos do ICNF e, portanto, desse trabalho eles já fizeram cerca de 5500 hectares e têm um serviço normal, que é um conjunto de atividades para as quais as equipas de sapadores florestais se propõem fazer, como prestadores de serviços para a população. E, nesse âmbito, está referenciado já cerca de 8800 hectares. Em termos de pontos de água, intervieram em 348 em serviço público e em 495 em serviço normal. Em rede viária fizeram 772 quilómetros em serviço público e 1300 em serviço normal e em rede primária, que é basicamente toda programada pelos técnicos do ICNF, fizeram já cerca de 910 hectares.

Continuo a afirmar que estes dados são provisórios e, portanto, são valores que terão que ser ainda apurados até ao final deste trimestre.

E, portanto, no fundo, existe aqui um conjunto de atividades, e este é o grande peso da atividade da prevenção estrutural, que é realizado pelas equipas de sapadores florestais.

Falando agora aqui um bocadinho das metas do plano - e vamos falar apenas nas principais metas -, temos dois períodos no plano, que vão de 2006 a 2012 e de 2013 a 2018. Portanto, o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios está estruturado em duas fases: a primeira fase tinha umas metas e a meta mais reconhecida era a área ardida inferior a 100 000 hectares. Tivemos vários anos em que conseguimos superar esta meta, mas noutros, como este ano, não foi possível superar esta meta.

Agora, temos uma nova fase, que é a fase de 2013 a 2018, e esta fase tem uma nova meta. E qual é esta meta em termos de área? É 0,8% da área de povoamento. Portanto, nós só podemos atingir a área de povoamento até 0,8% da área total de povoamento. Isto, em termos numéricos, o que é que representa?

Representa cerca de 25 000 hectares de povoamento. Nós tivemos, neste ano, cerca de 50 000, e, portanto, neste ano, estamos longe desta meta.

Em termos de ocorrências, temos que ter menos de 150 ocorrências inferiores a 24 horas, que é o período em que as ocorrências estão ativas, e, portanto, não é a duração total das ocorrências. Temos ocorrências que, por vezes, demoram semanas, mas o período ativo, por vezes, é só de dois dias e, portanto, é este período ativo que nós estamos a contar é de ocorrências que têm que ser inferiores a 24 horas e, em termos numéricos, tem que ser menor que 150 por ano. Esta meta vai transitar para menor que 75. Nós, este ano, tivemos 155 ocorrências.

Em termos de reacendimentos, é outra meta em que temos alguma dificuldade no cumprimento desta meta. Nós temos uma meta para o período de 2006-2012 inferior a 1%, vamos passar para inferior a 0,5%. Estamos com 10% de reacendimentos, que é um número elevado, mas tem algumas questões que depois, mais à frente, poderemos abordar.

Depois, teremos os incêndios superiores a 1000 hectares e, portanto, esta meta, quer no primeiro período quer no segundo período, tem que ser zero e este ano tivemos 27 incêndios superiores a 1000 hectares. Há também a outra meta que, muito dificilmente, iremos conseguir cumprir.

Depois, temos o tempo de ataque inicial, que são referências ao combate. Eu vou abster-me de falar sobre essas questões, mas a meta é inferior a 20 minutos, isto é, o tempo de ataque inicial é inferior a 20 minutos em 90% das ocorrências e tempos de ataque inicial superiores a 60 minutos não podem existir.

Depois, temos uma meta, que é as áreas de ZIF, que, na primeira fase, teriam que ser superiores a 500 000 hectares e, na segunda fase, mantém-se e estamos com cerca de 847 000 hectares já constituídos sob a forma de ZIF.

E depois temos ainda as GTF. Temos uma obrigatoriedade de ter 278 municípios, mas não temos 278 municípios com GTF constituídos e porquê? Porque existe um conjunto de câmaras que não têm interesse em ter GTF constituído. Como exemplo disso, temos a Câmara Municipal de Lisboa, que tem uma divisão de parques que cumpre as funções do GTF. Portanto, há um conjunto de câmaras que substituíram os GTF por outras estruturas.

Passando agora um bocadinho, em termos de fatores meteorológicos, que era o que se seguiria na apresentação, temos tido um agravamento, com alguma consistência, dos fatores meteorológicos. Este ano tivemos um ano relativamente severo, que, na fase mais crítica, está em segundo lugar nos últimos 10 anos, mas está em terceiro lugar, se nós contabilizarmos todo o período de agenda. Vamos agora saltar aqui para os fatores meteorológicos. Isto é o que nós avaliamos em termos de severidade. Portanto, contabilizando o ano todo, o ano de 2013 está em terceiro lugar, em termos de severidade nos últimos 10 anos, mas contabilizando apenas a fase Charlie, ele acaba por estar aqui em segundo lugar. E, portanto, tivemos uma fase Charlie muito complicada em termos meteorológicos. O que é que nos está a acontecer em termos meteorológicos? Basicamente há aqui uma sequência do índice, que usamos para avaliar as condições meteorológicas, e o que nós vemos é que tivemos aqui um período em que tínhamos alguma consistência na regularidade das condições meteorológicas e, a partir de determinada altura, parece que há um acontecimento pontual de zonas com severidade muito alta e associadas a zonas onde a severidade é baixa. Portanto, no fundo, aquilo que nós tínhamos de regularidade do território, que era uma severidade muito alta a sul do Tejo e uma severidade relativamente baixa a norte do Tejo, está a alterar-se e aparecem-nos pontos críticos com valores muito altos num ano e depois deixam de aparecer e, portanto, há alguma inconsistência na questão meteorológica. Mas, em termos

globais, em termos médios, o que nós estamos a assistir é uma tendência de agravamento.

Se analisarmos aquilo que é mais perceptível por nós, que são as temperaturas, as humidades relativas e as velocidades do vento, o que vemos é que o parâmetro, que está a agravar-se mais é a questão da humidade relativa. Portanto, é na humidade relativa que estamos a ter uma diminuição mais acentuada, a temperatura está a aumentar, portanto há uma tendência de aumento, o vento aumenta nuns anos e diminui noutros, mas não tem uma tendência de variação muito consistente. É na humidade que sentimos os maiores problemas. E, portanto, a questão das grandes áreas ardidas resulta deste parâmetro meteorológico.

Saindo agora um bocadinho dos parâmetros meteorológicos, passamos aos fatores humanos. Já foi dito aqui que a questão dos incêndios, no nosso território, resulta de causa humana. Temos apenas 0,5% a 1% de causas naturais. O que são as causas naturais? (...), não há mais nenhuma, tudo o resto tem sempre a questão da causa/dano e, portanto, para reduzirmos a área ardida, temos que reduzir o número de incêndios e, se quisermos reduzir o número de incêndios, temos que intervir sobre as atitudes que devemos ter perante os espaços florestais e perante a proximidade dos espaços florestais.

Compete ao ICNF a questão da sensibilização. Como é que está organizada a questão da sensibilização? Tem uma componente de participação pública que é o movimento (...) através de um conjunto de empresas que apoiam um conjunto de ações de sensibilização e, depois, temos um conjunto de ações de sensibilização dedicada a um conjunto de causas. Isto são alguns dados da evolução das campanhas e do número de *spots* da rádio e do número de *spots* de televisão. Houve alguns anos que não tivemos *spots* na televisão, mas, basicamente, em termos numéricos, esta tem sido a evolução, desde 2006, em termos de *spots*, que é aquilo que é mais visível para o público, que são as

mensagens que passam nas rádios e nas televisões. Aqui está uma evolução. Mas o mais importante é percebermos o que é que está a acontecer com as questões da sensibilização. Estamos a conseguir alterar comportamentos ou não estamos a conseguir alterar comportamentos? Isto não está a acontecer de uma maneira uniforme no País, ou seja, nós, em termos genéricos, se olharmos para o gráfico do número de ocorrências, elas têm estado a diminuir, e, portanto, estamos a conseguir uma diminuição, no global, do número das ocorrências, em termos nacionais. Tínhamos anos de 25 000 ocorrências e estamos já na ordem das 20 000 ocorrências por ano. Tivemos algum decréscimo ao longo destes últimos anos, mas este decréscimo não é uniforme em todo o território. Onde é que ele está a acontecer com maior intensidade é «aqui, nesta zona a azul». Portanto, são as zonas urbanas que estão a diminuir o número de incêndios. Isto prende-se com a diminuição da expansão urbana, prende-se com alterações de comportamento humano, prende-se com um conjunto de outras questões.

Quanto é que está a diminuir «nesta zona azul»? Onde está mais carregado, temos uma diminuição de três ocorrências em cada doze, portanto, é um número já expressivo, mas ainda não é o suficiente para libertar a pressão que nós temos sobre este território. Estamos a falar em áreas de um quilómetro quadrado, portanto, quando falamos nestes valores, é por quilómetro quadrado.

Depois temos, aqui, zonas onde estão a aumentar as ocorrências, temos o inverso do território, e são situações preocupantes porque se juntam em espaços com alguma continuidade e, num aumento nas situações mais graves. Que aumentos são? Temos um aumento de uma ocorrência em cada 13. Temos aqui alguns fogos, nesta zona do Minho, aqui na zona de Cinfães, isto é, à volta de um periurbano e, portanto, no fundo, estão identificadas as zonas onde temos este incremento de ocorrências.

Depois temos aqui uma análise que permitiu analisar também os dados sobre quantas ocorrências em média é que nós temos por dia ao longo dos anos e

se ela tem variado muito ou se tem variado menos. Tivemos aqui dois anos muito bons, que foram os anos de 2007 e 2008, em que houve um número muito pequeno de ocorrências, mas isto, provavelmente, ficou-se a dever a fatores meteorológicos, essencialmente a fatores da humidade, que aconteciam de 20 em 20 dias. Se olharmos para eles em termos de temperaturas, não foram anos muito frios. O que aconteceu era que, de 20 em 20 dias, tínhamos um período de chuva e, portanto, permitia entrar humidade.

Depois temos a média por hectare arditos por dia. Temos, também, uma diminuição desta média e temos, aqui, o número de dias com mais de 1000 hectares diários. No fundo, temos agora um patamar a partir de 2010 para a frente e entramos ali num patamar do número de dias com mais de 1000 hectares arditos. E, portanto, no fundo dá-nos uma ideia desta evolução.

Em termos de atividades - e agora naquilo que cabe ao ICNF que é a prevenção estrutural -, a prevenção estrutural que, primeiro que tudo, temos de perceber o que é. A prevenção estrutural é um conjunto de ações, no território, que não é intervir em todo o território mas é intervir num conjunto de zonas. Porquê? Porque não é possível intervir na totalidade do território, temos que priorizar onde é que vamos intervir e, portanto, potenciar essas ações de modo a que, se houver um incêndio, esse incêndio possa, ao passar por esta infraestrutura, alterar, radicalmente, o seu comportamento. Que infraestruturas são estas? Temos as redes de faixas de gestão de combustível, onde se insere a rede primária, a rede secundária e, depois, temos, também, as parcelas de mosaico. Portanto, a primeira é um conjunto de redes sob a forma linear e as outras são bolsas que são instaladas no território e que permitem alterar o comportamento do incêndio. Portanto, estas faixas têm duas funções: uma, de alterar o comportamento dos incêndios e outra, de defender, de forma passiva, as infraestruturas. E de que infraestruturas estamos a falar? Estamos a falar de edificações e de infraestruturas de transporte de linhas elétricas e redes de gás,

redes ferroviárias, portanto, todo um conjunto de infraestruturas que tem que ter defesa perante os incêndios florestais.

Temos a rede viária florestal, que funciona também como faixa mas funciona na facilidade de acesso aos «fogos» florestais; temos a rede de suporte de meios aéreos, que já não falamos nela porque, praticamente, já está concluída, que consta, no fundo, dos heliportos e das pistas que permitem colocarmos meios aéreos durante o verão para fazermos o combate a incêndios florestais com esses recursos; temos a rede de pontos de água, que também já está, em certa medida, praticamente completa, pois estamos na ordem dos 95% daquilo que está planeado; temos a rede de vigilância, que são os postos de vigia e que também está completa e estamos numa perspetiva de incrementar os postos de vigia; temos as redes locais de estratégia de estacionamento, que são a identificação de locais para estacionarmos de equipas durante o período mais crítico para podermos fazer vigilância e preparar as ações para a primeira intervenção.

Em termos de ações, portanto em termos de gestão de combustível, em termos de intervenção nas faixas, o que é que tem sido feito? Estamos com uma capacidade instalada de cerca de 19 000 a 20 000 hectares de gestão de combustível por ano. Estes dados, que aqui estão para 2013, ainda são dados provisórios, ainda não estão completamente finalizados. Estamos com uma capacidade de cerca de 500 (pontos) de intervenção e de 400 a 500 pontos de água por ano e estamos com uma capacidade de intervenção entre os 4000 a 4500 quilómetros da rede viária florestal e estamos com uma capacidade de execução de cerca de 3000 hectares de rede primária, por ano.

Portanto, no fundo, estes são os dados que temos. Isto é feito essencialmente com as equipas dos sapadores florestais e com as equipas do ICNF, portanto as CNAF, e também com algumas entidades, como a EDP, como câmaras Municipais, que vêm também complementar este trabalho.

Em termos de rede primária, vou só deixar-vos aqui alguns dados. O que está planeado são cerca de 20 000 hectares em áreas públicas, o que representa 15% da rede primária, e o que está feito ronda os 13% da rede primária.

Em termos de planeamento, que também é uma das competências do ICNF, que é coordenar as ações de planeamento da defesa da floresta contra incêndios, temos, portanto, o Plano Nacional, que está completo e, neste momento, estamos num processo de avaliação e de monitorização do mesmo; temos os Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios, que estão todos aprovados. Os POD também estão todos aprovados, que é, portanto, a componente operacional desses planos e, em termos de Planos Municipais de Defesa da Floresta, que são cerca de 272 embora os municípios sejam 278, mas há oito municípios que, dado o seu espaço florestal ser muito exíguo, nunca submeteram a aprovação o plano porque consideram que não têm necessidade desse plano.

Os planos tiveram uma primeira fase, foram elaborados entre os anos de 2006 e 2009 e a maior parte deles tem um prazo de vigência de cinco anos e, portanto, estamos no término do período de vigência de um grande número destes planos e, portanto, estamos a entrar numa segunda fase e, desta fase, estão já aprovados 14 de 272 e estão 241 em laboração. Portanto, há apenas 17 que não estão em laboração mas, entretanto, estamos a fazer esforços de modo a que as câmaras municipais ponham em laboração, nesta nova fase, estes 17.

No ano de 2013, apenas 258 municípios apresentaram o POM, que é uma componente operacional dos planos.

É este, no fundo, o retrato do que temos em termos de planeamento.

Em termos de fogo controlado, temos cerca de 157 técnicos, mas apenas 45 apresentam atividade regular. Ou seja, as pessoas estão formadas mas não exercem aquela atividade e só 45 deles é que apresentam atividade regular.

Este ano, temos já referenciados cerca 950 hectares feitos com fogo controlado.

Em termos de técnicos de fogo de supressão, que são aqueles técnicos que podem vir a ser chefes das equipas GALF porque têm condições, são, neste momento, 17 técnicos credenciados.

E, basicamente, eram estes os dados que tinha para vos apresentar para podermos, então, passar às questões.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Eng. João Sobral, vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza, tem a palavra.

O Sr. **Eng.º João Sobral** (vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas): - Talvez fosse mais produtivo passar aos Srs. Deputados e, depois, procuraríamos, então, responder às questões de uma forma, mais ou menos, integrada.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado António Filipe e Sr. Deputado João Ramos, pergunto qual dos Srs. Deputados deseja usar da palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador)*

O Sr. **Coordenador**: - Exatamente.

O Sr. **João Ramos** (PCO): - Sim senhor, começamos, Sr. Coordenador.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado João Ramos, faça favor.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, as estruturas dirigentes do ICNF.

Iria fazer um conjunto de questões muito rápidas, sem grandes considerações.

Primeiro, na intervenção que foi feita, falou-se muito nas causas humanas e nas causas meteorológicas e, tendo em conta aquilo que é a responsabilidade do ICNF, gostávamos que se aprofunde como é que as políticas florestais têm ou não têm relação com os incêndios. Isso não é muito referido e é fundamental para percebermos aquilo que são as opções de política florestal e como é que elas se relacionam com estas matérias.

Depois a questão, que foi aqui referida e que nós abordamos recorrentemente, que é a questão do número de ignições e da área ardida, e chegamos sempre à conclusão de que onde há mais pessoas, há menos área ardida. Isto foi-nos referido e foi assumido aqui pelo Sr. Secretário de Estado das Florestas que há uma relação muito clara entre ocupação do território e os incêndios, só, infelizmente, não referiu - tendo o Sr. Secretário de Estado a responsabilidade do desenvolvimento rural - o que é que o Governo está a pensar fazer para dar passos atrás neste processo de abandono do mundo rural. E, por isso, esta era uma questão que tinha para colocar, mas foi, mais ou menos, referida pela intervenção do Sr. Eng.º Rui Almeida, referindo, claramente, que essa relação entre povoamento humano e incêndios florestais existe.

Outra questão, que está relacionada com o ICNF, tem a ver com o Corpo de Guardas Florestais, que foi desmantelado. Em visita a sítios incendiados, uma das coisas que nos referiam é que, quando existia o Corpo de Guardas Florestais, havia um conhecimento muito profundo do território, dos espaços florestais, das redes de acesso, o que, neste momento, se perdeu. Gostava também de ouvir uma palavra e de perceber qual era a vossa avaliação relativamente a esta matéria.

Outra questão ainda, prende-se com esta nova perspetiva, que há agora, do fomento florestal, de estimular o crescimento das áreas florestais, relacionada

com o decreto-lei da florestação e da reflorestação, que começou aí. Agora, também há novidade relativamente aos PROF, não à sua revisão mas à elaboração de novos PROF. O que estão muito em cima da mesa é uma política de alargamento das áreas florestais, quando, claramente, temos um problema com a gestão das áreas que temos. E gostava de perceber a perspetiva do ICNF sobre se tem ou não preocupação com isto. É que estamos a alargar as áreas florestais, a promover o seu alargamento, sem que se mexa estruturalmente no problema que temos relativamente à gestão daquilo que já temos e que tem uma relação muito próxima com os incêndios florestais. Qual é, portanto, a preocupação que tem relativamente a esta matéria.

Outra preocupação tem a ver com o que conseguimos perceber quando olhamos para os incêndios. Por exemplo, ainda há pouco tempo vimos uma reportagem televisiva, mais ou menos extensa, sobre esta matéria. E há um conjunto muito alargado de estruturas a intervir nos incêndios florestais. É o Corpo Nacional de Bombeiros, são as estruturas todas do ICNF, é a GNR, enfim, é um conjunto muito grande, e gostava de saber se, na vossa perspetiva, isto articula tudo bem ou se há aqui problemas relacionados com este conjunto muito alargado de estruturas, que têm competências e responsabilidade de intervenção nesta matéria.

Das duas últimas questões, foi, agora, aqui referido que, de uma forma muito alargada, aquilo que são as metas do Plano Nacional não têm atingido aquilo que estava previsto e o que perguntava era se isto tem a ver com uma má definição inicial ou com a falta de meios para cumprir o Plano, e, portanto, qual é a razão: se foi audácia a mais na definição das metas ou se foi, depois, falta de meios para que elas se atingissem.

E uma última questão é relacionada, ainda, com esta das alterações meteorológicas. Elas estão aí, em cima da mesa, e agora é preciso saber o que é que está a ser feito para nos adaptarmos a elas, uma vez que podemos fazer

alguma coisa para tentar que elas não sejam tão severas ou tão acentuadas mas, depois, há uma adaptação das estruturas do dispositivo e até, eventualmente, em termos de política florestal, o que é preciso fazer a esta realidade que está aí e se ela está ou não a ser feita e em que medida é que está a ser feita.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Eng.º João Sobral, faça favor.

O Sr. **Eng.º João Sobral**: - Não sei se estou a entrar em choque com a organização tradicional, mas é um bocadinho complicado...

O Sr. **Coordenador**: -Eu percebo, mas faça favor.

O Sr. **Eng.º João Sobral**: - Primeira questão: causas humanas e causas meteorológicas, a influência da política florestal nos incêndios.

A política florestal, a nossa como qualquer outra, não é, em situação alguma, determinante dos incêndios florestais, mas lida com eles e contribui, de uma forma inequívoca, para, digamos, a sua mitigação ou o seu agravamento.

A política florestal portuguesa tem vindo, ao longo das últimas décadas, precisamente a procurar dar resposta ao problema dos incêndios florestais, no sentido de ser contributo para a solução e não um fator de agravamento de um problema, que a está a montante da própria política florestal. Exemplo paradigmático disso é o período que se sucede aos grandes incêndios de 2003/2005, com o estabelecimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e com o estabelecimento do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. E há, aí, a tentativa de encontrar, na definição da política florestal e da articulação dos seus instrumentos, um princípio de solução para o problema, sendo que essa solução não se encontra nunca no curto prazo,

mas requer uma atuação continuada, ao longo de muitos anos, de décadas, diria mesmo.

No entanto, e depois relacionando com a pergunta seguinte que tem a ver com o número de ignições e área ardida, onde há mais pessoas é onde há mais ignições mas é onde arde menos, a política florestal acaba por ser também ela própria uma resultante das dinâmicas de utilização do território e de um conjunto de não diria de outras políticas mas de dinâmicas de outros sistemas que estão a montante da política florestal, desde logo, todo o caminho no sentido da urbanização da sociedade portuguesa, da migração das pessoas dos campos para as cidades, que tem, como primeiro efeito, uma diminuição da pressão humana sobre o interior e da gestão de todos esses espaços e, portanto, de uma intervenção em todos esses espaços, a questão da alteração das políticas agrícolas, num primeiro momento, condicionada precisamente por esse movimento mas, num segundo momento, já com a nossa adesão à União Europeia e com a integração da nossa política num sistema muito mais alargado e, finalmente, toda a dinâmica dos mercados mundiais no que diz respeito à produção agrícola, que tem também consequências sobre a utilização e a pressão que colocamos no nosso território.

Com tudo isto lida a política florestal, mais como consequência do que propriamente estando na origem.

A utilização florestal é a última utilização produtiva que é possível dar a um território. Isto é, quando não há uma utilização urbana, quando não há uma utilização industrial, quando não há uma utilização agrícola, a alternativa ao abandono é a utilização florestal. Portanto, a floresta nunca surge como uma prioridade nem em termos económicos nem em termos de ordenamento e de orientação de um território de um país. E, nessa medida, de fato, temos que encontrar, na política florestal, as soluções para a gestão de um território que não tem alternativa de ocupação. E isso não é simples. Temos limitações de

ordem climática, temos limitações de ordem produtiva, temos limitações de ordem humana e económica. Portanto, não temos toda a liberdade, em termos teóricos, para definir as opções que queremos, estamos muito condicionados pela realidade.

Quanto ao Corpo de Guardas Florestais, limitações no conhecimento do espaço e da intervenção no próprio território, essa foi uma opção política que o País tomou, há cerca de uma década atrás. O ICNF não esconde que a ausência desse instrumento coloca desafios, digamos, em termos de intervenção nos espaços que lhe estão confiados e também no conhecimento prático quotidiano do território. Portanto, os guardas florestais não desapareceram, estão integrados na GNR, e é suposto, pela intervenção dessa entidade, conseguir-se o resultado que atingiam quando estavam integrados nos serviços florestais.

Quanto a fomento florestal e contradição com a gestão, se temos pouca capacidade, hoje, para gerir a floresta que temos por que estamos a fomentar a constituição de novas áreas florestais?

Bem, apesar de tudo, o esforço do fomento florestal do País abrandou muitíssimo nos últimos 10 anos, as taxas de arborização do País não se equiparam àquela que se atingiu nos anos 80 e nos anos 90, mas temos precisamente um dilema, de que eu falava há bocadinho, isto é, se não tiver uma ocupação produtiva com floresta e regulamentos florestais que permita a gestão do território, a alternativa é o abandono pura e simples, não há qualquer possibilidade de gestão de fazermos uma política voluntarista em que atribuamos a esse espaço uma outra vocação qualquer produtiva e consigamos mobilizar a economia, os cidadãos, os agentes económicos, para a intervenção nesses espaços. Portanto, em muitas situações ou temos povoamentos florestais, gestão florestal com as dificuldades que ela nos impõe, ou temos abandono puro e simples.

Aproveito para dizer, a propósito do Novo Regime Jurídico da Arborização e da Rearvorização, que os primeiros resultados relativos ao período que vai de 17 de outubro até 31 de dezembro, que é o período da sua aplicação, serão disponibilizados muito brevemente no *site* do ICNF, portanto, para se saber o número de pedidos que houve, quer sob a forma de comunicação, de autorização, e a área respectiva.

Sobre o conjunto vasto de entidades que intervém no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, problemas de articulação, se as coisas estão a funcionar ou não estão a funcionar, é complicado pedir a uma das entidades que intervém no sistema que faça uma avaliação do funcionamento e da articulação de todo ele e que consiga diagnosticar, digamos, o que está a falhar. Ainda assim, enquanto responsáveis pela avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que, no fundo, é a expressão operacional desse sistema, o ICD está, neste momento, a conduzir, através de uma avaliação externa, a avaliação do plano no período que vai até 2012. Esperemos que dessa avaliação, que será conduzida por uma entidade externa e, portanto, à partida, independente, resulte um contributo para a identificação do que está a falhar.

Relativamente ainda às metas, que são, também elas, por sua vez, expressão do desiderato político que esteve na elaboração do Plano, há audácia a mais. É um pressuposto de qualquer plano de estabelecimento de metas ambiciosas que, portanto, impliquem esforço para as atingir, correndo-se, com isso, o risco de as não atingir, ainda assim o que eu diria é que não devemos olhar para as metas e para o ponto onde estamos, ano a ano, mas ver se o sentido da evolução dos indicadores é o pretendido.

Resulta evidente que estamos a avançar no sentido pretendido, mas a um ritmo inferior ao que seria desejável. Penso que não é tão preocupante vermos o quão distante estamos das metas porque há, digamos, uma componente muito artificial e voluntarista no seu estabelecimento, mas preocupar-me-ia mais em

verificar o ritmo a que estamos a caminhar no sentido pretendido, que é reduzir o número de ignições, reduzir o número de áreas ardidas, reduzir a sinistralidade no combate aos incêndios, reduzir os incêndios de maior dimensão e que maiores consequências trazem.

Com exceção deste último indicador, estamos a avançar no sentido pretendido mas não a um ritmo suficiente. Sobre esta avaliação do Plano, esperamos que aponte as razões principais desses motivos.

O Sr. Coordenador: - Faça favor, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Eng.^a Paula Sarmento: - Em menos de um minuto, desejava destacar só duas coisas: primeiro e de acordo com o que os meus colegas anteriormente disseram, queria referir que os fogos, efetivamente, não têm início, geralmente, em áreas florestais nem são os povoamento florestais e, quando digo áreas florestais, estou a falar de áreas de povoamento florestal.

Portanto, se nós conseguirmos melhorar a quantidade e qualidade da nossa floresta e promover um modelo de gestão sustentável – e o modelo de gestão sustentável passa pela viabilidade económica da floresta -, nós estamos de uma forma, diria, quase que direta e não indireta, a promover também uma redução do risco de incêndios.

Depois, sobre o desenvolvimento rural, diria que, da área de dentro das atribuições do ICNF, o ponto que, eventualmente, toca com a preocupação que o Sr. Deputado referiu, tem a ver com o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação. Diria que esse instrumento, apesar de não ser um instrumento de desenvolvimento rural diretamente, contribui, de alguma forma, tanto na componente das alterações climáticas como na componente da ocupação do território, para dinamizar um conjunto de forças vivas em cada território, principalmente naqueles que são mais vulneráveis ou susceptíveis à

desertificação, para implementar as medidas adequadas para prevenir também o risco de incêndios, que estão associados ao abandono do solo e à degradação do espaço.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado.

Por razões de gestão de tempo, vamos retomar a nossa metodologia: os Srs. Deputados porão as questões e, depois, os Srs. Representantes do Instituto responderão, até porque temos outra audição já, a seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Batista** (CDS-PP): - Sr. Coordenador, muito obrigado.

Também queria dar uma nota de agradecimento pela apresentação e pelas respostas já, aqui, dadas por parte do ICNF.

Mas eu gostaria de frisar, como o Sr. Coordenador disse inicialmente, que o nosso objetivo aqui não é propriamente fazer uma análise do que aconteceu nos fogos, sobretudo em 2013 ou no passado, mas é, sobretudo, com base no que aconteceu, com base nas causas e com base na forma como tem decorrido os incêndios, tentar verificar se, da parte da Assembleia da República, seja através da criação de legislação, seja através de algum tipo de ação de recomendação ao Governo ou de questões orçamentais, se teremos que tomar alguma atitude.

E o ICNF é uma das entidades que mais nos pode dar informação sobre essa matéria, primeiro, porque nós não falamos com o ICNF na questão do terceiro pilar, não é basicamente no combate que nós podemos falar no ICNF, mas é sobretudo no planeamento, sobretudo na prevenção, sobretudo na gestão do que é a floresta, com a dificuldade que sabemos e de que todos temos noção de que a floresta, em Portugal, em termos de planeamento e em termos de gestão, tem uma dificuldade para as políticas públicas porque é sobretudo

privada. E, portanto, há aqui que fazer um trabalho, não de planeamento público *tout court* mas de planeamento público com os privados.

Uma frase ontem dita, no âmbito da apresentação do «*Portugal pela Floresta*», que retive e que é muito interessante é que há um conjunto de apoios para a atividade florestal e os apoios comunitários para a área da floresta, normalmente, não são esgotados e não há apoio para a plantação e para a gestão do eucalipto e o eucalipto é plantado porque tem interesse económico. E, portanto, eu acho que há aqui um paradigma que temos, muito seriamente, de encarar.

O relatório, apresentado, há bocadinho, pelo Eng.º Rui Almeida, levantou uma identificação muito interessante que é a de que começa a estar perfeitamente identificado onde há maior número de ignições, que, às vezes, não corresponde à maior área - aliás, há dias, os bombeiros tinham-nos dito aqui, se a memória me não atraiçoa, que só 3% das ignições é que dão grandes incêndios e são esses 3% de ignições que dão problemas. Em 97% dos casos, os incêndios conseguem-se eliminar num período que não determina esse problema de grandes áreas ardidadas. Há um conjunto - isso está identificado - que de 15 000 fogachos, 3000 incêndios florestais, no nono relatório.

Ora bem, o que é que falta fazer? Nós já temos identificado um conjunto de questões, na parte do combate, que têm que ser retroagido à parte dos outros pilares; temos, por parte do ICNF, identificado um conjunto de circunstâncias que podem determinar, então, o que falta fazer? É para esse «o que falta fazer» que nós queremos o contributo das nossas audições, até porque estão aqui, na mão do Sr. Deputado João Ramos, os relatórios de Comissões anteriores, que tem ali identificado praticamente tudo. Agora, para nós não sermos os teóricos do costume - bom, «lá se fez alguma coisa na Assembleia sem se saber exatamente o que é que se passa no terreno» -, é muito importante que haja um contributo da vossa parte para nos dizerem «nós temos aqui estes, estes e estes

que não estão a funcionar e que carecem destas medidas para serem implementados», sejam eles constrangimentos legais, sejam constrangimentos sociais, que os há, sejam constrangimentos financeiros e, portanto, o que é que aqui tem necessidade de acontecer.

O Sr. Eng.º Rui Almeida disse-nos aqui um conjunto de informações, nomeadamente do trabalho feito pelas equipas de sapadores, e eu devo dizer que, há bocadinho, o Deputado João Ramos do PCP disse uma questão com a qual eu concordo – curiosamente o CDS concorda com o PCP! –, que é a questão dos guardas florestais, que o ICNF não tem e nunca teve, mas que existiu na Administração Pública, na parte da Direção Geral de Florestas. É ou não uma medida acertada, é ou não importante, ter guardas florestais, que não fazem apenas policiamento, o que é curioso, de fato, porque os guardas florestais não faziam apenas policiamento, faziam muito outra atividade.

Eram estas as questões que gostaria de ouvir da vossa parte.

Muito obrigado, Sr. Coordenador.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Muito bom dia, Sr. Presidente.

Começo também, naturalmente, por agradecer os vossos contributos e, porque algumas questões já foram colocadas, não as vou repetir, sendo certo que, efetivamente, o que todos aqui queremos é tentar saber o que é que poderemos melhorar ou o que é que poderemos alterar para que, efetivamente, o flagelo, que acontece todos os anos, não tenha esta envergadura.

Nós sabemos que, efetivamente, o maior número de ignições não ocorre no espaço florestal, mas acontece, muitas das vezes, em zonas de mato e incultos. Mas sabemos que as grandes áreas ardidas acontecem quando há grande continuidade florestal. Portanto, logo aqui, levanta duas questões: se é

certo que o maior número de ocorrências não acontece no espaço florestal, é certo que os grandes incêndios acontecem onde há grande continuidade florestal.

Por isso importava saber, até porque há aqui uma certa divergência relativamente à diminuição de combustível na floresta, sobre a utilização ou não do fogo controlado. Verificamos aqui que o ICNF, embora possa permitir e ver o fogo controlado como uma ferramenta de diminuir a carga de combustível na floresta, por outro lado, em termos ambientais, pode considerar que o fogo controlado elimina o coberto vegetal e não é, digamos assim, uma medida ambientalmente correta.

Gostaria que me ajudassem a tentar saber de que forma é que se pode fazer a limpeza do espaço rural - e aqui não vamos pôr limpeza da floresta - naqueles que são incultos, até porque verificamos que, provavelmente, algumas destas ignições podem ocorrer intencionalmente para a renovação das pastagens. Portanto, até que ponto é que podemos fazer a limpeza do espaço rural que não é floresta, de forma a diminuir aí o número de ocorrências.

A segunda questão é sobre a continuidade florestal. Até que ponto é que o ICNF tem previsto incentivar, através de uma gestão florestal, a não continuidade de grandes manchas florestais ou, então, a não continuidade da mesma espécie porque a questão da espécie também é importante porque, como já aqui foi dito, apesar de haver uma espécie que tem um declínio acentuado, por força não só dos incêndios mas também do nemátodo - e estou a falar relativamente ao pinho -, é nas áreas de pinho que acontecem os maiores incêndios. E esta também é uma preocupação que nós temos: até que ponto é que, depois, e isso sabemos, que normalmente a área do pinho depois é reconvertida noutra espécie e que, neste caso, é o eucalipto porque, como já aqui foi dito e bem, é aquela espécie que, mesmo não tendo apoios, é a mais utilizada, dada a sua valorização económica.

Queria, também referir, como aqui foi dito, a importância das equipas de sapadores florestais. Sabemos que as equipas de sapadores florestais previstas não estavam todas constituídas e gostaria de saber se, neste momento, já o estão e se há alguma intenção de aumentar o número de equipas de sapadores florestais.

Por outro lado, relativamente à sensibilização que nos parece bastante importante, e que, evidentemente, é o papel fundamental do ICNF através da sensibilização da população, verificamos que grande parte, ou quase a totalidade, das ocorrências têm origem humana, em que poderá haver alguma intencional e criminosa, mas muita é por desconhecimento, por não haver uma sensibilização das próprias populações relativamente ao uso do fogo na floresta, quer seja em parques, quer seja noutra medida. E, por isso, importava saber o que é que pensa fazer para aumentar esta sensibilização para diminuir o número de ignições.

Por último, vimos aqui que nem todos os municípios têm Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, desde há muito tempo. E, efetivamente, há municípios em que, provavelmente, não se justifica, dada a sua ausência de floresta no seu seio.

De todo o modo e porque não conheço este dado estatístico, gostaria de saber se alguns dos grandes incêndios, que têm ocorrido, ocorreram justamente em municípios que não tenham o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado.

Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas (PS)**: - Obrigado, Sr. Presidente.

Começava por cumprimentar os dirigentes do ICNF.

Nós estamos, essencialmente, neste Grupo de Trabalho, a fazer, digamos, um roteiro sobre as questões relacionadas com os fogos florestais. É evidente que política florestal tem muito a ver com tudo isto, mas nós temos um objetivo e o nosso objetivo é, relativamente ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que proposta devemos fazer. Portanto, o Grupo de Trabalho não vai debruçar-se sobre política florestal mas vai essencialmente debruçar-se sobre uma coisa concreta. E eu acho que, para sermos objetivos e para podermos dar um contributo no sentido de melhorar o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, era aí que nós gostaríamos de nos centrar já que todo o contexto social, todo o contexto económico, todo o contexto político da floresta certamente contribui, mas é sobre essa matéria que gostávamos de nos centrar.

E a primeira grande questão tem a ver com plano, metas, avaliação. É evidente que está a ser feita a avaliação e eu gostava de saber qual o ponto de situação e qual é o momento em que a avaliação está prevista terminar. Segundo, se do ponto de vista do ICNF, naturalmente a avaliação responderá, em concreto, a essa questão, as metas que estão no Plano são metas concretizáveis, devem ou não devem ser revistas, que metas devem ser revistas.

Segunda questão: Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. O ICNF deve fazer essa monitorização. Como é que o ICNF faz a monitorização dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, já que, este ano, ouvimos a uma pergunta sobre o estado da Nação relativamente a essa matéria, uma resposta de que não se sabia exatamente qual era o ponto de situação dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. Portanto, vale a pena saber, e o ICNF tem monitorizado, por concelho, os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, qual é o ponto de situação das taxas de execução nessa matéria.

Terceiro, construção da rede primária de gestão de combustíveis. Nós percebemos o ponto de situação que ali foi apresentado e gostávamos de saber quais são as metas que existem, quer nas áreas do Estado, quer nas áreas das ZIF. Portanto, na forma como foi apresentado nós não percebemos a meta e, portanto, temos que saber qual é a meta que existe, quer para as ZIF, quer para as áreas do Estado, para perceber qual é, de fato, o estado da arte neste momento, isto é, como é que estamos a evoluir nessa matéria.

Por outro lado, é evidente que o ICNF tem competências, aí, essencialmente no domínio do planeamento e nas suas próprias áreas de execução e nós gostávamos de saber se o ICNF sente que o Estado deve ter apenas essas competências nessa matéria ou se deve ter mais competências do que aquelas que tem, isto é, se nós devemos introduzir alterações, do ponto de vista legislativo, dando mais competências ao ICNF, em matéria de planeamento e execução da rede primária, das faixas de gestão de combustível.

Depois, quanto ao uso do fogo, lembro-me da intervenção do Sr. Eng.º Rui Almeida dizendo «que nós temos uma janela de oportunidade muito curta para intervir nessa matéria». Eu gostava que sobre isso, nomeadamente sobre o fogo técnico, me dissessem se consideram que deve ou não dever melhorar aquilo que é o trabalho que é feito pelo ICNF nessa matéria e se acham que deve ou não deve alargar o número de agentes no terreno capazes de fazer essa intervenção. Porque o que nós ouvimos, por parte da área do combate, é que estão muito limitados na sua intervenção, quer em matéria de fogo técnico, mas, muito particularmente, na matéria de fogo tático.

Quarta questão: consideram que, em matéria de sensibilização, nos últimos anos, ou melhor, desde que este dispositivo está montado, que foi feito tudo o que era necessário ou acham que é preciso melhorar esse instrumento de sensibilização, e se é aqui ou não que deve haver um forte investimento e como é que essa intervenção deve ser feita.

Estive no Algarve, em certa altura, a visitar as áreas ardidas e disseram-me que havia uma experiência-piloto a funcionar no Algarve, uma experiência-piloto que era, digamos, a constituição de equipas onde estava o ICNF, a GNR, portanto, brigadas de intervenção local de apoio à sensibilização das populações relativamente aos fogos florestais.

Se isso está a ser feito, gostava de saber se já tem algum resultado sobre isso.

E, finalmente, temos a fiscalização. Já ouvimos o Governo dizer que as autarquias não têm feito tudo quanto devem fazer nessa matéria, isto é, existem contraordenações mas, depois, não existe o seguimento. E o que eu gostaria de saber é qual é o papel que o ICNF considera que pode ter nessa matéria. Isto é, aquilo que nós temos vindo a ouvir é que essa competência deverá passar, essencialmente, para a GNR ou para as forças militarizadas, e eu gostava de saber se o ICNF não considera que essa é uma matéria onde o ICNF também deve ter uma participação.

Finalmente, já agora e associada à questão - e ultrapassei claramente o meu tempo - dos Gabinetes Técnicos Florestais, gostava de saber qual é o ponto de situação dos Gabinetes Técnicos Florestais e se, na vossa opinião, a base do município deve ser a base que deve continuar em matéria dos Gabinetes Técnicos Florestais.

O Sr. Coordenador: - Muito obrigado.

Pedia, agora, à Sr.^a Presidente do Instituto que indicasse quem seriam os representantes do Instituto para responder a estas questões...

Pausa.

O Sr. Coordenador: - Tem a palavra o Sr. Eng.º Sobral.

O Sr. **Eng. João Sobral**: - Vou procurar então, muito rapidamente, passar em revista as questões todas sendo que algumas delas até são coincidentes.

Quanto à questão dos grandes incêndios, continuidade florestal, continuidade de carga de combustível, de capacidade de deflagração e de continuação do incêndio, é uma inevitabilidade. Quando temos um país que tem uma área urbana de 2 ou 3% e que tem uma área agrícola de 15 ou 20% e o resto são espaços florestais arborizados ou não, de características mais ou menos naturais, é inevitável que estes 6/7 milhões de hectares sejam eles um contínuo, digamos, de coberto vegetal que propicia os incêndios.

A descontinuidade não se consegue só através de alternativas do uso nem descontinuidades artificiais constituindo faixas. A própria gestão florestal, se ocorrer, constitui descontinuidades naturais, em termos de gestão. Desde logo, os cortes que se efetuam constituem-se como descontinuidades, as alterações do modelo de gestão do sistema de produção que está instalado constitui-se como descontinuidade e, portanto, nós não temos que ver propriamente o território como uma mancha contínua de combustíveis que podem arder mas como um conjunto diversificado de situações de gestão desses espaços. Ainda assim, como é evidente, os grandes incêndios ocorrem porque houve continuidade de combustível que permitiu que atingisse essas dimensões. Mas também há um conjunto de circunstâncias que permitiram que eles fossem grandes. O grande incêndio é o paradigma da fragilidade de um sistema. Para que haja um grande incêndio, teve que falhar tudo: falhou possivelmente a prevenção e a primeira intervenção precoce, falhou todo o sistema passivo de defesa do território, falhou a utilização desse sistema por parte das forças de combate, possivelmente terá falhado coordenação no combate, terá falhado o rescaldo porque, geralmente, os grandes incêndios decorrem de reacendimentos.

Os grandes incêndios, de fato, devem ser estudados e essa é uma matéria que, acho, talvez o País pudesse fazer um pouco mais, que era definir uma

abordagem sistemática não propriamente à investigação mas à determinação do que falhou nos incêndios acima de uma determinada dimensão, não no sentido de procurar o culpado e de penalizar, digamos, os responsáveis, entendamos isso como entendermos, mas no sentido, precisamente, de melhorar o sistema, isto é, de não permitir que as fragilidades que determinaram aquela ocorrência se venham a repetir.

A questão do fogo controlado, que foi colocada pelo menos por dois dos Srs. Deputados, é um fato que nós não temos um conjunto de técnicos habilitados, principalmente na utilização do fogo de supressão, isto é, na utilização de contrafogo, suficiente para as necessidades do País. Mas também é um instrumento que tem que ser utilizado com grandes cautelas. Uma coisa é o modelo de intervenção e de combate a incêndios em áreas públicas em que os serviços florestais utilizavam e tinham técnicos capacitados para o fazer, outra coisa é a sua utilização generalizada por um território, que é predominantemente privado, e tomar decisões que tem consequências sobre património privado, de uma forma mais ou menos indiscriminada, extensiva e, muitas vezes, a utilização deste instrumento tem potencial mas tem riscos, não há nenhuma forma de garantir a eficácia a 100% da utilização deste instrumento. Por vezes as coisas não correm, do ponto de vista desejado. Quando estamos a intervir em territórios privados, essas situações tornam-se particularmente preocupantes.

Quanto à sensibilização, é um fato que o País podia fazer e devia fazer mais em matéria de sensibilização, e não apenas o ICNF pois esta não é uma matéria que seja só da responsabilidade do ICNF. E é precisamente a consciência de que se poderia fazer mais que levou este ano a um reforço, em termos e campanha e de notoriedade, das ações de sensibilização. Ainda assim, a utilização dos *media* e de um instrumental, que é oneroso, levou a que, num determinado momento, o Fundo Florestal Permanente, que era a principal fonte de alimentação financeira das ações de sensibilização, não tenha sido possível

fazê-lo. E nós ou utilizamos as verbas para manter sapadores florestais e engenheiros técnicos florestais ou fazíamos sensibilização pois o dinheiro não chegava para tudo. E, portanto, num primeiro momento, houve, de facto, como o quadro revelava, em 2011, um hiato nas ações de sensibilização, que estamos agora a procurar retomar com outra dinâmica.

De qualquer modo, é algo que ultrapassa, e muito, as capacidades de um único organismo da Administração Pública. As associações de produtores florestais têm aqui um papel relevantíssimo. Poderiam e deveriam fazer mais. Ter-lhe-ão que ser concedidos os meios, mas também é uma responsabilidade própria das associações. Os municípios poderiam e deveriam fazer muito mais. Há municípios que, de fato, levam a cabo ações muito meritórias, em termos de sensibilização das suas populações, das populações que visitam os espaços concelhios, mas há muitos municípios que, infelizmente, não estão minimamente alertados para estas suas responsabilidades e há um conjunto de outros organismos, quer do Estado, quer da sociedade civil, que o poderão fazer. O movimento ECO tem essa finalidade e este ano penso que haverá um reforço significativo do compromisso das empresas que o constituem nesta matéria da sensibilização.

Quanto ao Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, sobre o plano, as metas, a avaliação, revisão das metas, é precisamente isso que, neste momento, estamos a fazer. O procedimento para a aquisição dos serviços foi um pouco mais moroso do que gostaríamos, mas chegou agora à sua fase final e, portanto, vamos proceder à adjudicação (não sei se a adjudicação já foi feita) do trabalho, que tem um prazo de seis meses para ser feito e, portanto, durante o ano de 2014, estará concluído, não sei exatamente quando, mas precisamente na época de incêndios deverá estar a ser concluído.

Um dos aspetos, que é uma fragilidade do sistema, mas que está diagnosticado e tem sido insuficientemente referido, é a questão do rescaldo. O

País não tem uma organização tão capaz, como nas outras fases da luta contra os incêndios, de lidar com os rescaldos e é a partir de incêndios, não perfeitamente extintos, que surge uma parte muito significativa da área ardida em cada ano e este ano não foi exceção. Acho que, muito claramente, se deveria olhar como se faz o rescaldo. Não se pode, pura e simplesmente, dizer que são determinadas entidades que o fazem e essas entidades, depois, não terem uma capacidade física para o realizar, face à extensão do problema. Isto também tem a ver com os anos em que arde muito e, quanto mais arde, mais difícil se torna fazer o rescaldo bem feito de todos os incêndios que ocorreram e, a partir daí, é um processo que se alimenta. Tivemos muitos incêndios mas não tivemos uma intervenção capaz e definitiva em cada um deles ou em todos eles e, a seguir, temos reacendimentos e, geralmente, ocorrem durante a noite ou ocorrem quando os meios estão empenhados noutros combates e, geralmente, depois têm consequências piores e porque a extensão, portanto, o perímetro onde podem surgir reacendimentos é já muito vasto, podem surgir problemas sérios.

Uma outra área também em que se está a fazer pouco ou que se está a fazer menos do que se devia tem que ver com a questão da fiscalização. Há que pôr termo à atitude contemporalizadora da sociedade portuguesa, relativamente ao uso do fogo em espaços rurais, em espaços florestais, durante as épocas de maior risco de incêndio. Não há praticamente nenhum cidadão que não esteja alertado para os riscos da utilização do fogo ou de atividades de risco, mas, ainda assim, elas continuam a desenvolver-se livremente e há toda uma contemporalização, que tem que cessar, relativamente a esses comportamentos. A fiscalização tem que ser feita, mas depois tem que haver consequências, mesmo quando não há atitude dolosa - não podemos só falar de incendiários e de incendiarismo -, não pode deixar de haver consequências.

Na sinistralidade rodoviária, uma boa parte dos bons resultados atingiram-se a partir do momento em que uma atuação das autoridades se impôs no sentido

de penalizar seriamente os cidadãos que não tinham uma atitude preventiva relativamente ao risco da sinistralidade, nomeadamente do sintoma de segurança, do álcool, e também aqui tem que se fazer isso. Este ano, por exemplo, verificou-se uma situação, que foi a dos incêndios na época de inverno, portanto, de outubro em diante, em que o País tinha condições de secura e de temperaturas que colocavam risco de incêndio, e, ainda assim, as atividades agrícolas normais, que passam muito pela utilização de fogo, decorreram livremente e o resultado é que tivemos cerca de 3000 hectares de áreas ardidas, já completamente fora das épocas normais de incêndios, o que não é normal. Para além da sensibilização, que pressupõe atingir todas estas populações, depois tem que haver uma outra componente da atuação do Estado, e não falo de nenhum organismo em particular mas do Estado, da sociedade, relativamente a não contemporizar com a permanência de determinadas práticas, que, mesmo que sejam práticas ancestrais, não podemos continuar a mantê-las quando as alterações das circunstâncias foram tais que hoje o risco de incêndio é o que é.

Quanto aos GTF, neste momento, foi pago o apoio ao funcionamento de todos os GTF e foi solicitado a todos os GTF que fizessem prova do desenvolvimento das atividades de planeamento, que são inerentes à sua condição. Aos municípios, que não demonstrarem que desenvolveram essa atividade, nomeadamente que estão em processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, será exigida a devolução das verbas que lhes foram entregues e cessarão os pagamentos ao funcionamento dos GTF. É o único instrumento que o ICNF tem ao seu dispor, mais ou menos coercivo, relativamente aos municípios, que tem autonomia, isto é, não dependem do comando do ICNF nesta matéria.

No que diz respeito aos sapadores florestais, a não constituição de novas equipas de sapadores florestais tem a ver com o fato de as verbas disponíveis no Fundo Florestal Permanente, que é o que alimenta o apoio ao funcionamento dos

sapadores florestais, não o permitir e não é expectável que o venha a permitir tão cedo. Ainda assim, foi decidido pelo Governo investir 3 milhões de euros no reequipamento das 278 equipas de sapadores florestais existentes. Serão reequipados os sapadores florestais e as equipas CNAF do INCF durante o ano de 2014.

Relativamente aos guardas florestais, de fato, idealmente e em teoria, seria desejável que os serviços florestais tivessem um corpo de guardas florestais, mas essa opção compete a quem compete e ela foi tomada em devido tempo.

Um último aspeto: respondendo às questões do Sr. Deputado Abel Batista sobre o que é que é possível para levar os proprietários florestais a atuarem, direi que todos sabemos que o atual PRODER, que está agora em fase de conclusão, teve problemas sérios no seu arranque e depois na sua operacionalização. Aquilo que se está a procurar fazer é que o PDR 2014-2020 não padeça, pelo menos, dos problemas que foram identificados relativos ao PRODER. A medida florestal está organizada em duas grandes submedidas, sendo uma destinada a apoiar o investimento na exploração florestal, portanto, o investimento individual de cada proprietário, ou de cada empresa agro-florestal, que o queira fazer, e a outra submedida, chamemos-lhe assim, está destinada à intervenção nos territórios florestais, independentemente das unidades individuais que os constituem, permitindo a municípios, Zonas de Intervenção Florestal e organizações de produtores florestais desenvolverem investimento em territórios vastos, recuperando áreas que regeneraram após incêndio, não fazendo uma intervenção pontilhada consoante a vontade individual de cada proprietário mas intervindo mais extensivamente, fazendo mesmo a defesa contra incêndios, na gestão dos recursos naturais, nomeadamente nos recursos energéticos. E é por essa via que se pretende que estes instrumentos financeiros de apoio ao investimento possam ter um resultado diferente daquele que os anteriores

tiveram. Estamos ainda numa fase de concepção e desenvolvimento do programa, mas esperamos obter respostas diferentes.

Relativamente a aspetos diversos de politica florestal, ainda assim tem-se vindo a propor à tutela, e a tutela tem vindo também, digamos, a desenvolver, um conjunto de alterações de diplomas legais, hoje existentes, do Regime Jurídico da Arborização e Rearborização, do Regime Jurídico das Zonas de Intervenção Florestal, que, como a Sr.^a Ministra ontem anunciou, está em circulação, do enquadramento da constituição, funcionamento e apoio aos sapadores florestais, permitindo a superação de um problema sério, que hoje existe, que é a perda de capacidade de uma entidade de gerir a sua equipa de sapadores florestais, que leva, inevitavelmente, à extinção da equipa de sapadores. O ICNF propôs a possibilidade de transferência da equipa de sapadores florestais. Portanto, se, naquele território, houver uma outra entidade que tenha capacidade para gerir aquela equipa de sapadores florestais, há que criar, digamos, um mecanismo legal que o permita. Hoje isso não é permitido. Há um concurso para atribuição de uma equipa de sapadores florestais à entidade que, licitamente, portanto, a quem, em concurso, foi atribuído e, portanto, não lhe é permitido depois transferir a equipa de sapadores florestais. Isso levanta problemas às autarquias que pretendem que as suas equipas de sapadores sejam escolhidas por empresas municipais, por exemplo, e o fato da empresa municipal ser uma entidade de direito distinta da autarquia, cria uma impossibilidade legal, de acordo com o enquadramento que hoje existe dos sapadores florestais. Foi proposta a alteração.

Portanto, há um conjunto de domínios que não se ligam diretamente com a questão da prevenção dos incêndios ou com a prevenção estrutural mas que acabam por ter consequências nesse domínio. E tem sido essa avia que o ICNF e a Secretaria de Estado das Florestas tem privilegiado no sentido de, paulatinamente, ir resolvendo alguns dos constrangimentos ao funcionamento

harmonioso de todo esse sistema, que vai para além da mera questão da defesa contra incêndios.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado.

Não sei se algum dos membros da representação quer acrescentar alguma coisa...

Pausa

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Permite-me, Sr. Presidente...

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Deputado Miguel Freitas, faça favor.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Sr. Presidente, de fato, há duas questões que eu gostava de repetir, sendo a primeira a seguinte: acha que a base municipal dos Gabinetes Técnicos Florestais deve-se manter? Devemos continuar a incentivar o município ou devemos incentivar a agregação de municípios em matéria do Gabinete Técnico Florestal e do planeamento florestal, dos Planos da Defesa da Floresta contra Incêndios. E segunda questão é sobre a fiscalização, isto é, qual é o papel do INCF nessa matéria. Isto é, a grande questão é assim: um proprietário não limpa, quem é que obriga a limpar? Isto é, eu passo uma coima para ele limpar mas isso não resolve o problema porque o problema continua lá. Qual é o papel que o ICNF tem nessa matéria, se tem ou não tem, se deve ou não deve ser feita uma alteração legislativa sobre isso. Pedia-lhe duas respostas muito concretas, se faz favor.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Eng. João Sobral, faça favor.

O Sr. **Eng.º João Sobral**: - Relativamente à primeira parte, posso dizer-lhe qual é o meu entendimento pessoal: é que, de fato, a base municipal, território municipal, não é a forma ideal, em termos florestais, de organização do território. Ainda assim, a Defesa da Floresta contra Incêndios é uma componente do sistema de Proteção Civil e não se pode dissociar dele. E, portanto, tendo este entendimento, reconheço que tem que se encontrar, digamos, uma formulação, um compromisso, que viabilize a sua articulação com o sistema de Proteção Civil. Isto é, não podemos ter uma organização da Proteção Civil no nosso País, numa base municipal ou supramunicipal, seja por comunidades intermunicipais, por distritos ou por outra forma qualquer, e ter uma organização completamente distinta do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, que é uma componente da Proteção Civil e em que somos, nesse aspeto, agentes de Proteção Civil.

Relativamente à questão da fiscalização, respondo-lhe também muito concretamente assim: não há nenhuma possibilidade de o ICNF cumprir esse papel, que é o de substituir-se a 278 ou 200 autarquias na instrução de processo de contraordenação e na atuação relativamente aos 10,5 milhões de portugueses que somos. O ICNF não tem recursos humanos, de tempo, de capacidade, de organização e vocação para o fazer. Temos hoje uma grande dificuldade em lidar já com todo o processo contraordenacional que decorre da legislação florestal, que é muito penalizador e muito pesado para o organismo e não temos nenhuma capacidade de o fazer.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

A Sr.ª Presidente deseja acrescentar alguma coisa ou alguns dos membros em sua representação.

Pausa.

O Sr. **Coordenador**: - Faça favor, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Eng.^a Paula Sarmento**: - A exposição do Eng. João Sobral foi bastante completa e eu revejo-me também, pessoalmente, naquilo que ele acabou de expor em relação aos GTS e ao sistema de articulação.

A única coisa que sublinhava um bocadinho, naquilo que vale a pena acompanhar, é o desenvolvimento deste Quadro Comunitário, dos instrumentos financeiros, das medidas para a floresta porque isso, efetivamente, também é um fator determinante da gestão florestal no País.

Em relação aos guardas florestais, que foi uma questão aqui muito falada, diria que, eventualmente no futuro, nós vamos ter que ser capazes de sinergias com outros organismos, de parcerias e de cada vez mais conseguir promover um trabalho em articulação. Mas há uma coisa que, efetivamente, não podemos esquecer: nós temos que ter uma presença no território e o ICNF, com as atribuições que tem, precisa de ter assistentes operacionais. Portanto, diria que, quando olhamos para a Administração Pública e quando olhamos para os rácios e para a composição dos quadros de recursos humanos, talvez ao contrário de alguns organismos da Administração, no ICNF, a classe dos assistentes operacionais que nos assegurem a presença nas áreas sob gestão pública no território e, ao fim e ao cabo, a gestão das nossas florestas, é perfeitamente determinante.

Portanto, diria que até consigo conviver com a necessidade de articulação com a questão específica dos guardas florestais na missão que tinham, desde que tenhamos um corpo de assistentes operacionais capazes de levar a cabo as nossas atribuições de gestão operacional e o ICNF tem uma componente de gestão operacional muito forte que é perfeitamente vital para o cumprimento da sua missão.

O aspecto é perfeitamente «tarde», mas falou-se aqui de riscos e de impactos ambientais de fogo controlado. O fogo de supressão é uma coisa, na área de gestão de combustíveis e, neste momento então, com o quadro técnico que o ICNF tem, não há motivo nenhum para termos receio disso. É talvez a única maneira de nos substituímos aos pastores e de conseguir uma dinâmica com a comunidade pastoril, digamos assim, que nos permita fazer uma boa gestão do território e nós temos, neste momento, recursos que permitem perceber quais são os locais e as épocas onde podemos e não podemos utilizar esse mecanismo.

O Sr. **Coordenador**: - Sr.^a Presidente, desculpe, tem alguma ideia, mais ou menos, da quantificação desta carência da falta de assistentes operacionais?

A Sr.^a **Eng.^a Paula Sarmento**: - Não é tanto uma questão de carência, a questão é que, neste momento, as diretrizes são um bocadinho para reduzir o peso dos assistentes operacionais na Administração Pública e eu, quando cheguei ao ex-ICNB e à ex-AFN, confrontei-me, particularmente na ex-AFN, com uma média etária de 56 anos que, provavelmente, nos assistentes operacionais ainda é mais grave.

Portanto, o problema não é tanto o número de pessoas que nós temos hoje, é a necessidade de manter e de revitalizar esse quadro de recursos humanos.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado.

Queria agradecer à Sr.^a Presidente e aos seus restantes elementos, que integram esta representação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o contributo importantíssimo que nos deram, os elementos documentais que nos deixam e, naturalmente que, se necessitarmos mais de

qualquer contributo, com certeza que contactaremos o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Muito obrigado.

Está encerrada a audição.

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

15 de fevereiro de 2014

AUDIÇÃO:

2. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana

SEM REVISÃO FINAL

O Sr. **Coordenador** (Guilherme Silva): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Em primeiro lugar, queria pedir desculpa ao Sr. General Comandante Geral da GNR e aos Srs. Oficiais que o acompanham, pelo atraso no início desta fase dos nossos trabalhos, mas, quando há várias audições, vai-se contagiando, infelizmente, algum atraso e houve aqui também um problema técnico com o funcionamento dos computadores.

Peço desculpa por essa circunstância e agradeço a disponibilidade de o Sr. General Comandante Geral da GNR e dos Srs. Oficiais que o acompanham em virem aqui, a este Grupo de Trabalho, que foi constituído por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia da República e que, naturalmente, teve que ver alguma coisa com este ano demasiado perturbante em termos de incêndios florestais. E temos aqui, como missão, encontrar algumas respostas que se possam traduzir em recomendações ao Governo, no sentido de melhorar a prevenção e o combate aos incêndios florestais e também, eventualmente, a adoção de providências legislativas que se mostrem necessárias e convenientes para sermos mais eficazes na prevenção e combate a este flagelo que é, como todos compreendemos, de relevante interesse nacional.

Em termos de metodologia, temos planeado que serão 10 minutos para uma intervenção inicial do Sr. Comandante ou de quem entender da parte da GNR, depois, os Srs. Deputados de cada Grupo Parlamentar farão uma intervenção, colocando questões, em 5 minutos e, depois, no fecho, dou a palavra ao Sr. Comandante e às pessoas a quem o Sr. Comandante entender e que o acompanham.

Tem a palavra o Sr. Comandante Geral da GNR.

O Sr. **Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana** (Tenente-General Luís Newton Parreira): - Chamo-me Luís Newton Parreira, sou

comandante geral da GNR e acompanham-me o Sr. Coronel Oliveira, que é director do SEPNA (Serviço de Protecção da Natureza da Guarda Nacional Republicana) e o Sr. Tenente-Coronel Tavares, que é o comandante do Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro, conhecido por GIPS, da Guarda Nacional Republicana.

Deixaria à vossa consideração, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se querem que faça uma intervenção inicial até porque aquilo que vou dizer, com certeza, já sabem, que é quais são as missões da GNR e o que é que a gente faz. Mas, se preferem, de facto, entrar já no debate... Se não, farei uma pequena exposição do que é que a gente faz e qual é nossa responsabilidade.

O Sr. **Coordenador**: - Talvez o Sr. General possa fazer uma síntese enquadadora e, depois, iremos, então, ouvir aos Srs. Deputados.

Muito obrigado, de qualquer forma, pela sua disponibilidade.

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: - Muito bem, Sr. Presidente.

Portanto, o ano de 2006 constituiu um marco fundamental para a problemática dos incêndios. Foi montado um plano estratégico nacional e foram atribuídas responsabilidades a várias entidades e, nessa atribuição de responsabilidades, nomeadamente ao Instituto de Conservação da Natureza, agora Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, à Guarda Nacional Republicana e à Autoridade Nacional de Protecção Civil.

À Guarda Nacional Republicana cumpre a vigilância, deteção e fiscalização, que é, portanto, a nossa missão principal. Depois, através do GIPS, também entramos no combate e na prevenção. A fiscalização é nossa e, depois, também entramos no rescaldo para a deteção de crimes florestais, ou seja, todos aqueles crimes que são de incêndios.

À GNR está atribuída a coordenação das ações de prevenção relativas à vigilância, coordenamos também a Rede Nacional de Postos de Vigia, portanto, postos de vigia espalhados por todo o País, é da nossa responsabilidade monitorizar tudo aquilo que tem a ver com a vigilância das florestas, como, por exemplo – e vou dar exemplo não muito curial –, o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerez, que meteu um sistema próprio de vigilância, sem coordenação, o que nos causa alguma perplexidade. Igualmente é da nossa responsabilidade a aprovação de novos postos de vigia, bem como a sua manutenção e contratação de pessoal para essa rede, se bem que diga, de antemão, que isto nem deveria ser uma missão da Guarda Nacional Republicana, mas, sim, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas porque eles é que deveriam montar os postos de vigia e deveriam fazer a manutenção dos mesmos.

O ano de 2006, como os Srs. Deputados se recordam, foi um ano muito difícil porque foi um ano de grandes incêndios, praticamente, o País ardeu de norte a sul em 2005 e, portanto, o ano de 2006 foi o ano em que se deu esta reviravolta e em que a Guarda Nacional Republicana foi chamada a participar nesta área, nomeadamente com o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, que foi montado nessa altura, e que, depois, faz a primeira intervenção, ou seja, a intervenção durante os primeiros 20 minutos, são equipas helitransportadas, são equipas rápidas de sapadores florestais, móveis, mas não é missão da Guarda nem isso está na nossa Lei Orgânica.

Esta ação de primeira linha é feita, como disse, pelos GIPS e, dos 18 distritos em Portugal, controlamos 11 distritos, que são, portanto, aqueles que ardem mais, são os «litorais», que passo a enumerar: Faro, Lisboa, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. São, portanto, os distritos mais problemáticos.

No âmbito da nossa competência, fazemos também a investigação das causas dos incêndios florestais e alimentamos o sistema de gestão florestal.

Na área da prevenção, desenvolvemos cerca de 1086 ações, com cerca de 33 407 assistentes. Portanto, por todo o País, fazemos ações de sensibilização.

Na área da fiscalização, neste ano, passámos cerca de 2869 contraordenações, portanto, de terrenos que não estão tratados. O problema destas contraordenações, que já pusemos várias vezes à tutela, é que nós passamos as contraordenações, e, depois, elas são entregues às câmaras municipais e às freguesias e, depois, não há qualquer... Dão-nos 7% de respostas destas 2800 e tal ações, mas não quer dizer que essas 7% de respostas, a nosso pedido sobre o que aconteceu, tenham passado a alguma contraordenação.

Compreendo que é muito difícil, a nível local, os próprios autarcas constituírem-se como cobradores, no fundo, de uma multa aos seus munícipes. É difícil e, portanto, nós pedimos à tutela que sejam nós a fazer isso, como fazemos com outras áreas, e que deixassem de ser os municípios responsáveis por isso até porque nem há grande arrecadação de verbas por parte dos municípios porque a maior parte até são admoestações. Portanto, não dá.

Depois, na área da vigilância, patrulhámos cerca de 66% do todo nacional, com 45 254 patrulhas, ao longo de todo o território português, e guarnecemos também os postos de vigia da rede nacional.

Na área do combate, fizemos cerca de 4576 ações aerotransportadas, com uma taxa de sucesso de 97.3, portanto, uma taxa de sucesso elevadíssima, desde que consigamos chegar lá a tempo porque, às vezes, o que acontece é que, quando nos chamam, já é tarde, já passou o tempo e já não é a primeira intervenção mas, sim, uma intervenção *a posteriori*.

Portanto, na área da fiscalização dos incêndios registados, registámos cerca de 23 849, validámos 20 382, investigámos 17 882, identificámos 750 suspeitos, elaborámos 4921 autos por crime de incêndio e detivemos em flagrante 43 suspeitos. Estes números, depois, não coincidem com os da

Judiciária porque os da Judiciária somam os nossos aos deles e, portanto, acaba por não coincidir, mas os suspeitos em flagrante só nós é que os apanhamos. Temos oficiais, a nível nacional, espalhados nos CDOS por todo o País e, no patrulhamento e fiscalização, empenhamos cerca de 45 246 militares, que é um número bastante elevado.

Sobre pontos fortes, Srs. Deputados, direi que a coordenação tem sido melhor, continuamos na aposta da sensibilização, que tem sido agradável com as populações, a «conscialização» do Grupo de Proteção e Socorro tem sido uma mais-valia para o combate aos incêndios de primeira intervenção. Neste momento, na parte do defeso, este grupo, além de apoiar os Comandos Territoriais da Guarda, tem uma área, que é específica e que faz o patrulhamento e a vigilância da floresta, onde, portanto, deteta todos os crimes ambientais e atua. O SEPNA também já tem uma coordenação grande a nível nacional, sendo a única polícia da natureza que existe e tem uma ação que é bastante apreciada pelos nossos cidadãos.

Estamos a evoluir. A Guarda, nos últimos 8 a 10 anos, tem apostado muito na formação dos seus quadros e, portanto, os quadros da Guarda, neste momento, estão altamente treinados e com uma formação adequada para tudo.

Mas temos algumas vulnerabilidades, das quais podia indicar duas ou três, como seja a dos postos de vigilância, que não deviam ser da nossa responsabilidade mas, sim, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas porque a Guarda está até a contratar pessoal civil para guarnecer esses postos, na altura dos incêndios, nas diversas fases.

A falta de coordenação que também existe por parte de alguns órgãos e organismos na informação e na vigilância que é feita. Por vezes, as Forças Armadas fazem sozinhas e, depois, temos aqui uma descoordenação, o que não quer dizer que não sejam uma mais-valia porque é, com certeza, uma mais-valia, tem é que haver uma melhor coordenação.

A implementação de sistemas de vigilância sem nós sabermos, como já dei referência com o que aconteceu no Parque Nacional da Peneda-Gerez. Por acaso, no Parque Nacional da Peneda-Gerez até, como estava, na altura, a comandar a unidade de intervenção de quem o GIPS dependia, quando, há quatro anos, houve um incêndio grande, e, muitas vezes, os elementos do Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro e o próprio SEPNA deslocaram-se ao Parque e chamaram a atenção ao diretor do Parque no sentido de que ele tinha de limpar determinadas áreas e aquilo é uma zona que não tem acessos e, portanto, os acessos têm que se a pé, e tinha que ser limpo. Ele dizia que não, que a natureza era isto, que a natureza era aquilo, que aquilo tinha de crescer livremente e, depois, ardeu tudo porque aquilo era combustível e o Parque ardeu quase todo.

Os próprios postos de vigilância estão a ficar um bocado velhos, precisam de manutenção, e nós não temos efectivos, nem mão de obra, nem dinheiro, como calcularão, porque o dinheiro é escasso e, cada vez mais, temos menos efectivos e, portanto, temos alguma dificuldade nesta área. Também o mau estado de alguns acessos, alguns camarários e outros privados, o que também é mau, e a tal falta de uniformização do procedimento contraordenacional, que leva, para já, a que o cidadão não cumpra a lei porque não é sancionado e isso é mau e, depois, cria um sentimento de frustração nas próprias forças que pensam «para que é que eu vou passar o auto de contraordenação, se vou ser eu a ficar com a figura de mau e depois ele não vai ser sancionado?». Portanto, tudo isto é um círculo que é difícil de vencer e, portanto, isto é a parte da prevenção, que cabe ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

Penso que, *grosso modo*, era isto que tinha para dizer. Podia avançar mais números, mas não vou, com certeza, melhorar a imagem.

Gostaria também de transmitir que a Guarda, apesar de não ser da nossa missão, nós cumprimos missões, não escolhemos missões e, portanto, foi-nos dada esta missão, continua a ser dada esta missão e nós continuamos a cumprir.

Era isto que tinha para dizer.

O Sr. **Coordenador**: - Muto obrigado, Sr. General.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos (PCP)**: - Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Queria, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, cumprimentar o Sr. General e os Srs. Oficiais que o acompanham.

O Sr. General já teve oportunidade, na minha perspetiva, de colocar um conjunto de preocupações e até de avaliações que faz relativamente àquilo que é a intervenção da GNR e a sua relação com o resto do sistema, que me pareceram importantes.

Deixava só três questões: a primeira tem a ver com esta responsabilidade de polícia florestal que a GNR tem e que foi uma matéria que temos vindo a abordar, que é a questão da extinção do corpo de guardas florestais e a sua integração na GNR. Ouvimos, nalguns locais de incêndios, que o corpo de guardas florestais tinha um conhecimento do território, que, hoje, não é possível existir. Também é verdade que conhecemos aquilo que são as limitações, em termos de efetivos, que a GNR tem e as dificuldades. Mas, quem está no terreno faz esta diferenciação entre um conhecimento que existia e que, agora, não existe.

Gostava, por isso, de ouvir uma opinião relativamente a esta matéria. O próprio ICNF, que acabou de sair daqui, dizia-nos que «era importante ter um instrumento de permanência no território por parte dele» e, por isso, pergunto se é possível a GNR ter uma palavra relativamente a isto, isto é, se é importante

esta manutenção e manter estas competências ou se elas faziam mais sentido noutra sítio.

Por outro lado, e isso foi referido pelo Sr. General, a GNR tem competências de primeira intervenção e o que nós conhecemos é que há um conjunto de estruturas e um conjunto de entidades no terreno, como a GNR, os Corpos Sociais de Bombeiros, as estruturas de Sapadores Florestais, as estruturas do ICNF, as estruturas dos Bombeiros Voluntários. Aliás, no final do ano passado, havia uma reportagem de um canal de televisão, que foi feita depois de passar o período de incêndios, em que o conjunto de estruturas com quem falavam era significativo. E, por isso, tendo a GNR competências nesta primeira intervenção, era importante saber se isto se articula bem, tanto que há uma fase em que a GNR tem competência e, depois, a partir de determinada altura, deixa de as ter em termos daquilo que é a intervenção. Portanto a minha pergunta é se isto se articula e se funciona.

E a última questão tem que ver com ação criminosa nos incêndios florestais, que é uma matéria que, no último verão, esteve muito em cima da mesa, e eu não sei se corresponde a um aumento destas ações e, portanto, gostava que, se pudesse, fizesse alguma consideração sobre isto. Porque, contra isto, nada e, se há uma ação criminosa, ela deve ser punida, o que não podemos permitir é que se escondam por detrás disto outros problemas que existam e que não falemos neles e, por isso, era importante perceber se se falou mais nesta ação criminosa e se ela, efetivamente, aumentou ou se lhe foi dado um maior destaque. E, por outro lado, se há questões acessórias associadas a esta ação criminosa, se há aqui padrões que têm a ver com questões de doenças psiquiátricas, como a questão dos pirómanos, se tem a ver com questões de conflitos de vizinhança, se tem a ver com hábitos de utilização ancestral dos territórios, nomeadamente da relação dos fogos com a pastorícia e com a criação de pastagens, enfim, se há aqui algum padrão relativamente a isto ou não.

Eram estas as questões que tinha para colocar.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. General e Srs. Oficiais da GNR pelas vossas informações. Algumas delas – e queria dar nota disto também já nos tinham sido transmitidas quando tivemos a reunião na Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Muito em particular, a preocupação que já era identificada e que, espero, parece já estar a ser tomada medida legislativa por parte do Governo no sentido de alterar, efetivamente, a questão da aplicação das medidas coercivas, nomeadamente as sanções previstas na legislação por parte de quem não cumpre a legislação da prevenção da prevenção de fogos florestais, e de que o Sr. General aqui deu nota com os 7% de respostas que obtém da parte dos municípios, o que é muito difícil e quem conhecer a realidade do País sabe que estamos a falar de zonas, às vezes, muito pequenas, e, quer dizer, aplicar uma coima porque não limpou o terreno o presidente de câmara ao seu vizinho, que é, muitas vezes, o que se passa. Eu não digo que não deveria ser, mas entre o que deve ser e o que é a realidade, não coincide muitas vezes.

Portanto, estou totalmente de acordo com a informação do Sr. General e, mais a mais, com uma nota dada pelo Sr. General ao dizer que «a GNR tem total capacidade para poder fazer esta aplicação sem problemas, porque a pena existe não propriamente para castigar mas como efeito dissuasor». Ora, se ela, normalmente, não é aplicada, não tem qualquer efeito dissuasor por parte da comunidade.

Depois, o Sr. General deu aqui nota de duas coisas, mas há uma questão sobre que gostaria de lhe perguntar, Sr. General, porque ela tem vindo a surgir, ao longo dos anos, que é a questão dos postos de vigia. O Sr. General disse - e é uma informação sobre a qual, acho, convém nós, depois, refletir - que não deveria ser a GNR a entidade a controlar a questão dos postos de vigia, mas, com certeza, tem informação e, por isso, é que lhe faço a pergunta: há ou não necessidade de rever a Rede Nacional dos Postos de Vigia? Ou seja, eles estão hoje colocados nos sítios certos, alguns já não estão, há falta deles? Essa era a primeira questão.

A segunda questão, que aqui, há uns anos, foi até muito debatida, é a de saber se a função dos postos de vigia é, sobretudo, identificar ignições. E aqui, há uns anos, foi referido que os postos de vigia identificavam 2 ou 3% das ignições e dessas é que o alerta era dado pelos postos de vigia e, muito antes dos postos de vigia, era dada ou por populares ou por outras vias que não o posto de vigia. Portanto, perguntava-lhe, se isto evoluiu, se não evoluiu, se se mantém ou não.

Finalmente, Sr. General, sobre a questão dos GIPS, gostava de dizer que, acho, têm feito um trabalho muito bom e, portanto, queria felicitar a GNR por isso, mas comparativamente com isto, gostava de saber se a integração, que foi feita, há uns anos, por parte dos guardas florestais no corpo da GNR - e como o Sr. General referiu aqui, e muito bem, a GNR não procura a missão, recebe as missões e cumpre-as -, numa perspetiva crítica, isto é, no sentido de saber se, quanto a essa integração, o que está feito está bem ou se é preciso mudar. Isto porque este nosso Grupo de Trabalho não tem como objetivo fiscalizar nem relatar o que se passou nos incêndios do ano passado, tem é que saber o que está a correr bem e o que não está a correr bem e se há necessidade, por parte do Parlamento, de tomar alguma iniciativa no sentido de melhorar e de evitar reduzir, pelo menos - é evidente que devemos ter sempre uma utopia que é

conseguir o máximo -, substancialmente, as áreas ardidadas, o número de ignições e protegermos a floresta como atividade económica, como bem ambiental e como ordenamento do território.

Portanto, o que desejava saber é se a integração dos guardas florestais no corpo da GNR foi ou não uma medida que deve manter-se, deve acentuar-se, deve ser a GNR a fazer essa atividade ou se a existência de um corpo autónomo de guardas florestais teria ou não vantagem.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo, naturalmente, por cumprimentar o Sr. Comandante e as demais entidades.

Algumas das questões que queria colocar, efetivamente já aqui foram colocadas, mas de todo o modo, insistia nisto: foi extinto o Corpo Nacional de Guardas Florestais e foi criado o SEPNA e, portanto, há, com certeza, uma avaliação dessa transição que foi feita e, numa altura em que se fala muito da falta que faz para acções de sensibilização, de fiscalização e de vigilância, dos guardas florestais, gostaria de saber se, efetivamente, essa avaliação foi feita, ou seja, se, aquando da transição dos guardas florestais e da sua inclusão no SEPNA, houve alguma monitorização do efeito efetivo dessa alteração.

Por outro lado, como já aqui foi referido também muito, há a questão das contraordenações. Temos conhecimento de que, efetivamente, a resposta que é dada às contraordenações levantadas pela GNR não tem consequência, na prática, até porque 7% é um valor residual e até porque, como já aqui foi dito, é de 7% de processos de contraordenações concluídos mas que, provavelmente, será de 1 ou 2% os que resultam na aplicação da coima e nós sabemos que,

efetivamente, muitas das vezes, é a aplicação da coima que inibe, digamos, as pessoas de praticarem um crime. E, portanto, se temos 7% de processos de contraordenação concluídos, digo eu que teremos 1 ou 2% de aplicação de qualquer sanção pecuniária sobre a infração.

Já tivemos aqui, antes de vós, o ICNF a dizer que não tem capacidade para concluir os processos de contraordenação, mas porque também estamos na Casa do poder legislativo e podemos ajudar nessa matéria, sensibilizando o Governo e nós próprios até tomando a iniciativa, até que ponto, como já referiu também o meu colega Abel Baptista, é que pode ser a própria GNR a aplicar a sanção pecuniária, tal com o faz numa infracção do trânsito, porquanto se um qualquer condutor é apanhado em infração, é logo, na hora, aplicada a sanção.

Sei que, efetivamente, o processo não é da mesma ordem, porquanto a natureza do crime pode, eventualmente, não ser logo conhecida, mas, de todo o modo, queria que nos ajudasse e nos procurasse esclarecer sobre se há essa possibilidade ou não.

Relativamente aos postos de vigia, o Sr. Comandante diz-nos que, efetivamente, os postos de vigia, muitos deles, desde logo, não estão conservados e nem têm capacidade financeira para os recuperar. Queria saber se foi feita uma avaliação da necessidade de os atuais postos de vigia, porquanto houve uma alteração significativa quer do ordenamento florestal, quer dos povoamentos florestais, quer também dos meios técnicos que existem para a deteção de ignições e, portanto, se considera adequada a rede existente, podendo ser para mais ou para menos.

Por outro lado, para além da manutenção dos próprios postos de vigia, há também os recursos humanos, que a GNR não tem, para, efetivamente, assegurar uma correta vigilância da floresta e queria também que procurasse ajudar-nos para saber do que é que estamos a falar em termos de meios humanos necessários para pôr uma rede adequada de postos de vigia, como,

antecipadamente, já coloquei também no sentido de saber o que fazer para pôr uma rede adequada de postos de vigia e, depois, de que recursos humanos é que estamos a falar para suprir essa necessidade.

Termino com as acções de sensibilização. Todos nós temos assistido ao empenhamento da GNR – e muito bem – na sensibilização das populações quanto a alguns episódios, que vão ocorrendo por todo o País, nomeadamente furtos de população envelhecida. Não tenho assistido a que haja uma sensibilização tão empenhada no seio das nossas populações para a utilização correta da floresta e para diminuir as ações que tenham efeito, depois, no não aumento significativo do número de ignições.

Muito obrigação.

O Sr. **Coordenador**: - Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Obrigada, Sr. Presidente.

Desejava cumprimentar o Sr. General e os Srs. Oficiais da GNR, agradecer a exposição e dizer que já tivemos oportunidade de ter algum conhecimento da atividade da GNR, aquando da nossa visita à Autoridade Nacional.

Agora, iria colocar-lhe algumas questões muito breves, Sr. General.

Relativamente às contraordenações, tema que tem sido aqui muito referido, nomeadamente quanto ao comportamento das câmaras municipais, que não aplicam as coimas, o que é uma realidade recorrente mas inexplicável, a meu ver, porque a questão de o presidente da câmara não poder aplicar a coima ao vizinho, se isso se multiplicar pelas atividades do presidente de câmara ao nível da fiscalização do urbanismo, ao nível da fiscalização do trânsito, ao nível de toda a atividade punitiva ao nível do controle nacional que é cometido às câmaras, não se entende esta questão e eu não consigo entender, a nível dessa proximidade, porque existem outras atividades punitivas no âmbito do Direito

Punitivo, que são cometidas às câmaras e que, ou não funcionam em lado nenhum ou, então, não estão a funcionar e ninguém detetou ou há aqui uma situação específica que é preciso entender.

E, ao contrário dos meus colegas, tenho sérias reservas em que a própria GNR possa levantar o auto de notícia, fazer a instrução e aplicar a coima porque, na minha perspetiva, viola o princípio da estrutura acusatória do processo porque, como sabem, a entidade que acusa não pode ser aquela que julga ou que aplica a coima e, portanto, teria que haver aqui uma instância até de recurso, que nem sequer poderia ser a própria GNR.

Portanto, temos que resolver o problema também no quadro do Estado de direito em que vivemos e definir, exatamente, se a GNR ou aplica a coima ou levanta o auto de notícia e faz a instrução do processo. Porque, mesmo ao nível rodoviário, a Autoridade Nacional Rodoviária é que é a entidade final, distinta da GNR e das outras forças de segurança, que tem capacidade nessa matéria. Portanto, temos de resolver aqui também este problema, em matéria de fiscalização, porque quem levanta o auto não pode ser a entidade que, a final, aplica a coima porque tem de haver aqui numa distinção de entidades, entre quem acusa e quem tem a decisão final.

Uma questão que gostaria de levantar em relação, precisamente, aos autos de notícia nos crimes de negligentes é se tem sido acompanhados do pedido de indemnização civil. É assim: quando alguém comete um crime, além da responsabilidade criminal, tem responsabilidade civil se provocou dano. E é da competência do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal fazerem não só a denúncia do crime como, depois, o Estado, neste caso o Ministério Público em nome do Estado que foi lesado, apresentar a conta ao arguido e, depois, se verá, a final, qual é a medida da sua culpa, quer ao nível do «indício» penal, quer ao nível do «indício» civil. Porque nós temos de começar a olhar para estas matérias em termos de proteção civil na relação de custos que isto comporta e

que não se pode acionar os meios sem consequências porque, primeiro, os meios não são inesgotáveis, e, segundo, porque não compete ao Estado assumir a culpa daquilo que é a responsabilidade de quem atuou.

Portanto, creio que há aqui uma nota, ou seja, se é verdade que temos olhado com outro olhar e há uma outra intervenção ao nível da descoberta dos crimes relacionados com os incêndios florestais, nomeadamente os crimes negligentes e os dolosos, a verdade é que também, creio eu, não temos tido notícia, pelo menos - e isso era bom que soubéssemos -, se nos julgamentos que vão a final – creio que nos crimes negligentes será, eventualmente, a pena suspensa -, depois, é apresentada a conta porque o que acontece é isto: se me pegarem fogo às casa, eu, além de denunciar o crime, quero a indemnização pelo dano sofrido e suponho que, no dano sofrido, está o dano florestal e o envolvimento de meios que custou e eu acho que temos de começar a pôr estes assuntos em cima da mesa porque, quando se vai ao bolso das pessoas - e, nesta matéria, o Estado tem ido muito, mas não é aqui, creio eu, que deve deixar de ir, enfim, pode ser em outras coisas mas, aqui, não creio.

Outra questão de que o Sr. General falou tem a ver com o IPC, mas que eu não entendi. Continua a haver duplicação no IPC? Ou seja...

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).

A Sr.^a **Isabel Oneto (PS):: -** Como?

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Mas falou que usavam outro...

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: -
(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Ah, no processo de contraordenação é que há um outro!

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: -
(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Exatamente. Mas, quando falou na Polícia Judiciária e quando passavam para a Polícia Judiciária...

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: -
(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Ah, o sistema de gestão dos incêndios florestais, não no IPC ao nível... Pronto. É porque como havia uma velha questão relativamente ao ICP..., queria só pedir se era possível darem-nos a indicação concreta da iniciativa-piloto que a GNR teve, no Alentejo, na identificação dos proprietários numa determinada zona. Creio que nós gostaríamos de saber, exatamente, o que foi feito e os resultados que foram atingidos, até para que possamos encarar essa medida de identificação dos

proprietários, cruzando até com as Finanças, se a Comissão Nacional de Proteção de Dados nos permitir, mas, pelo menos, procurar, nessa matéria, ter mais elementos.

Muito obrigada.

O Sr. **Moderador**: - Tem a palavra o Sr. Deputado-Relator Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria, naturalmente, cumprimentar o Sr. General e todos que o acompanham e colocar-lhe duas questões, Sr. General: há uma constatação que é a de que a GNR considera que os postos de vigia não devem estar sob a sua alçada. É uma constatação operacional que, naturalmente, agora teremos de ponderar, do ponto de vista político, como é que a enquadramos. Mas já uma constatação, que é a de que a GNR não se sente confortável com a tarefa de ter os postos de vigia.

Sobre essa matéria, gostava de perguntar-lhe como é que podemos melhorar a primeira deteção, quer dizer, como é que, do ponto de vista da GNR, se tem medidas concretas no sentido de podermos melhorar a primeira deteção.

E tinha uma segundo questão, que tem a ver com os GIPS. Isto é, os GIPS têm uma dupla tarefa, têm não apenas forças terrestres como aerotransportadas e alguns dos comandantes nacionais, que foram ouvidos, disseram-nos que era preferível que os GIPS ficassem apenas com as brigadas terrestres e que a força especial de bombeiros ficasse com as brigadas helitransportadas. Gostava de ouvir um comentário do Sr. General sobre isso.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. General, tem a palavra.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
Começava já por este último ponto, se me permitissem.

A missão da Guarda não inclui os GIPS, isto é, a primeira intervenção num fogo florestal não é missão da Guarda Nacional Republicana. Nós estamos a cumprir porque nos mandaram cumprir essa missão.

Os GIPS não tem forças terrestres, a base e essência dos GIPS são os grupos helitransportados, que são aqueles que fazem a primeira intervenção. As forças terrestres são missão nossa, que é a vigilância, a deteção, o controle das populações, tudo isso. Nós já propusemos várias vezes, incluindo no ano passado, que começássemos a passar isto para os ditos canarinhos, a tal protecção especial, mas disseram-nos que não.

Daria aqui, assim, a seguinte imagem do que é o Grupo de Intervenção e Protecção e Socorro: são cerca 600 homens. Neste momento, são muitos. E esses indivíduos, ao fim de quatro anos, estão esgotados fisicamente. Isto, na altura, foi entregue pelo ministro António Costa, que era Ministro da Administração Interna, que pediu à Guarda que desempenhasse esta missão e uma das razões foi a seguinte: é que estes homens, ao fim de quatro ou cinco anos, estão esgotados fisicamente porque é uma missão bastante dura, têm que ir ao terreno, são sapadores florestais, e vão apagar o incêndio à mão, subindo e descendo montanhas. Além do desgaste físico, que é enorme, há também o desgaste psicológico. O que ainda não se conseguiu encontrar é como é que se renova o sistema dos canarinhos, que são profissionais, porque o GIPS é permanentemente alimentado quando há nova incorporação para a Guarda Republicana e os mais velhos passam para os postos. Portanto, há aqui uma renovação, mas os outros não conseguem renovar. E este é que é o drama.

Não sei se dei o «pic» do Sr. Deputado, porque, no fundo, a problemática dos GIPS é uma problemática em que nós cumprimos essa missão, embora não a queiramos mas cumprimo-la, mas também temos consciência que é muito difícil

substituí-la. Dir-lhe-ia que, se fosse político, se fosse ministro, queria continuar com os GIPS. Eu, comandante da Guarda, não quero que os GIPS continuem a desempenhar a missão. Portanto, não sei se lhe posso dar melhor imagem do que isto em relação a este caso.

Agora, quanto às forças terrestres, os GIPS, além disso, têm uma particularidade que é uma força de proteção civil e, portanto, não é só apagar incêndios, mas têm a ver também com estruturas colapsadas quando há terremotos e etc., mergulhadores especiais, deteção com os cães de pessoas desaparecidas. Têm, portanto, uma coordenação muito grande de um sem número de valências, em que também se incluem ainda «NBQ» para depois da recuperação, têm as ambulâncias especiais. Com tudo isto tem uma pequena força, que só faz isso como reserva, digamos assim, e que está preparada para qualquer calamidade que possa surgir no território nacional. Portanto, é a primeira força de intervenção do território nacional, que não tem a ver com os incêndios. Essa é a outra parte que os GIPS têm. E essa parte ficará sempre porque essa, sim, é a missão da Guarda.

Agora, em relação à intervenção da parte dos postos de vigia, sistemas de deteção e etc., direi que a rede de postos de vigia foi estudada para ser aquela. Nós, quando recebemos a rede de postos de vigia em 2006, a rede estava completamente desatualizada, os postes, que eram de madeira, estavam a cair, estavam em sítios errados e isso foi tudo alterado em 2006. Portanto, na rede, neste momento, cobre o território nacional e é suficiente.

A maior parte destes postos são estruturais, foram feitos de novo, mas requerem manutenção e desde essa altura que não têm manutenção. São postos especiais, com todas as comodidades para o vigilante e estão bem montados. Perguntam-me – penso que foi o Sr. Deputado que perguntou: isso é suficiente e deteta os incêndios todos? Claro que não, mas deteta bastantes, não é só 2% mas é bastante mais. Não tenho aqui a percentagem, mas é bastante mais.

Gostaria também de dizer que temos projectos, nomeadamente de um sistema de vigilância eletrónica, isto é, em pontos determinados, ter câmaras, que são câmaras que substituem os homens, obviamente, e, portanto, não é precisa tanta mão-de-obra e são mais fiáveis porque o homem pode olhar para o lado e a câmara está sempre a ver.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - E pode estar a dormir o homem e tem que ver a câmara!

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: - Sim, pode estar a dormir o homem! Não, para estar a ver câmara porque isso é de controle remoto. Mas, como está sozinho num posto, é complicado. E, depois, o sistema da própria câmara deteta não só a parte visual como a parte de fumos, porque deteta fumos e etc., e, portanto, é um sistema que estamos a estudar.

Uma voz não identificada: - É caro?

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: - Não, nem é caro. Existem vários projetos, existem várias empresas que fazem isso, até nacionais, que têm essa tecnologia ou querem implementá-la.

Portanto, é muito mais fácil fazer assim, dessa maneira, porque aquilo emite um alerta e o alerta toca um *bip* logo na sala de comando e aquilo marca logo o sítio exato, é logo georeferenciado e a gente sabe exatamente onde está a coisa.

Outro sistema é através dos UAV, que são pequenos aviões, com a duração de quatro horas de voo, mais ou menos, que estão permanentemente a patrulhar, com os sistemas de vigilância que a gente lhes montar em cima,

porque o UAV não é caro, o que é caro é a tecnologia que a gente monta nos UAV.

Penso que estará tudo, mas em relação aos postos de vigia, o Sr. Coronel querará dizer mais alguma coisa.

O Sr. **Coronel Oliveira**: -Tenho aqui uma questão que foi colocada: os efetivos para os postos de vigia, naturalmente, têm que ser recursos sazonais porque não podem ser pessoas que pertençam a qualquer efetivo fixo de uma força. E, pelo menos nos últimos anos, tem sido feito com recurso às populações locais, que é, quanto a nós, a melhor modalidade para postos de vigia com pessoas. São indivíduos que conhecem bem a zona e sabem distinguir entre o fumo da fábrica ou o fumo de uma pequena queimada ou de uma outra coisa qualquer.

Fez-se uma experiência, penso que em 2010, com recurso a pessoas desempregadas. Este ano, para 2013, esteve previsto e, depois, por o processo atrasar, não foi implementado o recurso a alguns tipos de pessoas condenadas em sistemas prisionais ou com alguma liberdade, porém, essa parte acabou por não ser testada. Mas a experiência que tivemos com recurso a pessoas do Fundo de Desemprego, de fato, nesse ano, foi caótico para os postos de vigia porque desde pessoas a dizer «que não» ou «eu agora, amanhã, tenho férias marcadas não posso vir» e, portanto, temos de ir buscar outro fulano e ele «não, eu para aí não vou porque pagam-me mais estando a receber pelo Fundo de Desemprego do que vou receber para aí se eu deixar de receber o do Fundo de Desemprego», ou, então, «não, eu para me deslocar para esse local preciso que alguém me pague a deslocação porque, se não, estou aí...».

Foi, de fato, um ano complicado com essa experiência. E aquela que temos testado e que tem aprovado melhor tem sido, de facto, a do recurso às populações locais.

Portanto, em termos destes recursos, por norma, e é assim na fase Bravo, portanto, entre 15 de maio e 30 de junho, em que começam a funcionar, primeiro, só uma parte dos postos, ou seja, 70 postos, com dois vigilantes porque é uma época, normalmente, ainda pouco crítica para os incêndios, e funcionam durante o dia só para essa vigilância. A partir daí, entram em funcionamento todos os outros 235 postos, com quatro vigilantes por dia, fazendo turnos de oito horas e, portanto, um deles serve para dar a folga. Este ano, surgiu, várias vezes, na (...) social, alguns postos que encerraram alguns turnos.

É uma obrigação que temos que fazer. No processo, que é feito todos os anos, é feito com um pedido ao Ministério para garantir as verbas que são necessárias para isto e as verbas que nos são atribuídas são para aqueles dias da operação, e, portanto, nesses dias, temos que dar férias porque, se não nos dão mais dinheiro para férias, as férias têm que ser gozadas no período em que estamos a trabalhar. E, então, o que é que vamos fazer? Vamos coordenando por forma a que, nos dias que são considerados menos críticos, se dêem as férias, que, normalmente, são três ou quatro dias de férias e, portanto, vão mesmo de férias e naturalmente que os postos têm de encerrar. Neste ano, o mês de agosto foi complicadíssimo e havia que dar férias porque não podemos dar férias depois do respectivo período.

Se isto se mantiver para este ano, vamos tentar que o processo seja diferente, pedindo o reforço de verbas, se for concedido.

Portanto, em termos de efetivos era isto que tinha a acrescentar.

O Sr. Coordenador: - Obrigado, Sr. Coronel Oliveira.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - Sr. General, inicialmente, os postos de vigia eram alguns do Instituto e outros, acima de tudo, das câmaras municipais e alguns privados. E, tanto quanto me lembro, a questão de a GNR assumir foi a necessidade de assumir a coordenação da vigilância e não, necessariamente, ter que assumir todo o património e todos os postos.

Portanto, voltar à questão inicial, em que os postos de vigia eram da câmara e é era da responsabilidade da câmara a sua manutenção assim como a colocação dos homens, e, portanto, mantendo a GNR a coordenação, porque nós sabemos as questões que havia ao nível da coordenação da vigilância, era uma solução para a GNR?

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Penso que sim, Sr.^a Deputada, penso que era assim que devia ser.

Aquilo estava anárquico, em 2006. Havia postos de vigia que até nem funcionavam. Portanto, era preciso coordenar toda a rede de vigilância e, para isso, passou-se tudo para a Guarda, ou seja, tudo aquilo devia passar-se para Guarda que, no meu entender, foi a solução que, na altura, conseguiu resultados, mas aquilo devia ser do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, que, naquela altura, não era assim chamado, mas devia ser essa entidade que devia gerir esse funcionamento.

Agora, a coordenação da vigilância continuará sempre a ser da GNR, que, aliás, é atribuída por lei e é aquilo que funciona. Porque a vigilância da floresta não é só com os postos de vigia, mas inclui patrulhas apeadas, é com informações paralelas e, portanto, é uma rede enorme que funciona e de que nós temos a coordenação e conseguimos coordenar tudo e tudo isto é que dá essa coordenação.

Portanto, neste momento, já os postos de vigia são quase todos novos, já estão nos sítios certos e era uma boa altura, agora, de passar para as Florestas.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): - (**Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador**).

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Eu penso que quantas mais entidades entrarem neste processo, pior, Sr.^a Deputada.

E isso dava-lhe também o mote por causa dos guardas florestais, de que se falou, e eu gostaria de dar, também aqui, a imagem dos guardas florestais.

Também foi em 2006, com o Ministro António Costa, que os guardas florestais passaram para a Guarda Nacional Republicana. E passaram para a Guarda Nacional Republicana porquê? Porque, segundo, na altura, nos disseram, eram inoperantes, ou seja, era muito difícil operar com eles. Para dar um exemplo, o local de trabalho deles era o *jeep*, o *jeep* ia para casa. Portanto, é muito difícil conseguirmos ter alguma ação de comando ou direcção ou chefias sobre isto. Portanto, estavam inoperantes. Não quer dizer que a GNR faça melhor, mas, pelo menos, tem mais coordenação e tem mais controle, faz supervisão.

Os guardas florestais, cerca de 700 e tal ou perto de 800 homens, entraram na Guarda Nacional Republicana, sendo um quadro a extinguir tanto que, neste momento, já são, apenas, cerca de 400 ou, mais precisamente, 386. E a maior parte deles já tinham idade bastante avançada e estes eram os únicos que tinham alguns conhecimentos técnicos para isso. E ajudam-nos bastante. Neste momento, estão integrados no SEPNA, fundamentalmente naquela parte dos incêndios, de ver como é que houve a ignição, para, depois, se fazer o processo-crime, se a ele houver lugar. Portanto, ajudam-nos bastante nessa área. Mas nós também temos homens formados nessa área e a responsabilidade é nossa.

Quanto a passar outra vez para o ICM, devo dizer que sou um bocado contra essa ideia porque não gosto muito de guardas pretorianas. Era a mesma coisa que a brigada de trânsito passar para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, o que era tudo no mesmo, como a Sr.^a Deputada falou há bocado «então ele faz tudo e, então, aí há corrupção ou, pelo menos, há tentativa para isso». Lembramos a Polícia de Viação e Trânsito, já há muitos anos, para quem se recorda, que estava tudo no mesmo bolo.

Portanto, era mais uma polícia criminal porque eles têm competência criminal e nós, que queremos reduzir polícias criminais, estaremos a aumentar o número de polícias criminais, havendo já uma que faz isso, que é o nosso SEPNA, que, portanto, é guarda florestal.

Portanto, passar outra vez para as Florestas ou as Florestas criarem um novo corpo de polícia, acho que é uma duplicação. Até porque a missão de um instituto não é ter uma polícia.

Esta é a minha opinião.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: - Exatamente, o órgão de investigação criminal! As autoridades ou os institutos não devem ter polícias.

Agora, em relação aos guardas florestais, devo dizer que estes que ficaram tiveram um período de adaptação porque é difícil, da maneira como vinham, adaptarem-se a uma organização militar e, portanto, com algumas regras e alguns métodos, mas estão a desempenhar um excelente trabalho e penso que, neste momento, estão completamente integrados. É um quadro em extinção até porque também não nos convém ter um quadro civil dentro de uma instituição

militar. Portanto, está em extinção e, enquanto eles estiverem a desempenhar a sua missão, desempenham e desempenham-na bem. Mas, depois, serão substituídos por guardas republicanos que vão desempenhar essa missão porque desempenham a mesma missão que o nosso SEPNA. É igual na parte que eles desempenham, na outra, não.

E temos algumas dificuldades, devo dizer-lhe, em relação aos guardas florestais, ou seja, aos polícias civis. E porquê? Porque é uma questão de dinheiro. Os nossos homens da Guarda Republicana trabalham com a disponibilidade total, se precisar deles à noite para fazer um exercício ou para uma fiscalização, eles vão, mas, se tiver que chamar os guardas florestais, tenho que lhes pagar horas extraordinárias. E aos fins-de-semana também tenho de pagar horas extraordinárias. E, depois, há estatutos diferentes. Portanto, há quem não receba horas extraordinárias e que refilam e que vêm e, depois, os outros que recebem horas extraordinárias e, portanto, há aqui um jogo que tem que ser feito, mas está calmo, neste momento, penso que está equilibrado e conseguimos aqui um jogo harmonioso nesse sentido.

O Sr. Coordenador: - Aí, não há incêndio!

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Sim, aí não há incêndio!

Uma voz não identificada: - Quantos homens tem o SEPNA?

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana:
- Com civis e militares o SEPNA tem 950 para o território todo e Açores.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
Na Madeira, não, na Madeira é o Alberto João que não deixa!

Risos.

Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Coordenador: - Eu sei, eu sei!

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
Vamos continuar, mas não sei se, em relação aos postos de vigia e guardas florestais, ficou alguma dúvida no ar.

Pausa.

Verifico que não.

Também em relação aos sapedores florestais, se ficou alguma dúvida no ar ou se não respondi a tudo sobre qual é a relação... Mas funciona bem. Devo dizer que os bombeiros são as pessoas mais generosas do mundo. Uma pessoa que se levanta para ir combater um incêndio sem (...), especialmente os voluntários são as pessoas mais generosas do mundo e são de uma mais-valia enorme para a nossa floresta e para a nossa população. Às vezes, do que temos medo é do excesso de generosidade e esse excesso de generosidade causa-nos alguns problemas, por vezes. E causa-nos problemas e temos tido alguns atritos e, às vezes, aparecem na comunicação social esses atritos. E porquê? Por causa não digo da indisciplina mas de um sistema um bocado anárquico como funciona. Eu conto-lhes um exemplo: o incêndio está a começar e, portanto,

fazemos uma primeira intervenção com os nossos homens dos GIPS e os nossos homens vão lá para dentro, vão para o pé do incêndio, sobem o monte e vão tentar apagá-lo à mão e, depois, há aqui assim um período muito crítico, que é até chegarem os indivíduos da protecção civil para coordenarem o incêndio, e, nessa altura, muitas vezes, chegam corporações de bombeiros e a primeira coisa que fazem, que é ilegal e não estão autorizados, é contra-fogos e os nossos homens ficam no meio do fogo.

Portanto, já tivemos, várias vezes, em perigo de vida os nossos homens, inclusivamente houve uns – não sei se conhecem um «*shelter*», que é um abrigo com uma prata que se põe – que já tiveram que abrir r o «*shelter*» e o fogo passou-lhes por cima. Isto é perigosíssimo. E é esta descoordenação que nos assusta.

Em relação à parte criminal...

Aparte fora do microfone.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
Pois, mas eu não queria dizer isso.

E, depois, há aqui alguns atritos relativos a isso e, às vezes, são escusados. Por isso é que digo que é preferível a Guarda não fazer a primeira intervenção. Que a façam outros. E digo isto como comandante da Guarda porque, se fosse político, não fazia isso.

Aparte fora do microfone.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: -
Sim, tem dias.

Em relação à criminalidade e ao tipo de criminalidade, etc., não se consegue definir o padrão-tipo da criminalidade dos incêndios. Há vários tipos. Há, por exemplo, uma serra, ali ao pé de S. Pedro do Sul, que arde todos os anos. Todos os santos anos aquilo arde! E porquê? São os pastores. E eles não pegam fogo àquilo com maldade, nem pegam fogo àquilo porque são incendiários, pegam fogo àquilo para, depois, obterem pasto novo. E não pegam fogo àquilo na época do defeso porque aquilo não arde e tem que ser na época em que aquilo arde e em que é proibido fazer isso.

Por isso, sou defensor de que deve haver um plano nacional de fogos controlados e apagar os incêndios dos fogos controlados. E a maior parte daquilo que arde neste País devia ser controlado pelos GIPS, pelos bombeiros, portanto, devia ser controlado por toda a gente. E isso, os fogos controlados, é que era importante implementar. Antigamente, havia menos fogos porquê? Porque havia muito gado, as pessoas tinham muito gado, e o gado comia o restolho e, portanto, comia o combustível dos fogos, e, hoje em dia, já ninguém tem gado e o gado que existe está em reservas e, portanto, não anda nas matas. E o gado era essencial para isso.

Outro tipo de criminalidade além desse, temos, depois, muitos descuidos. Há muitos fogos que são feitos porque um indivíduo qualquer está a fazer uma pequena queimada porque quer queimar restos que lá tem e aquilo alastra e, depois, foge e nunca mais ninguém o vê; existem fogos por indivíduos que são maníacos, mas esses estão referenciados e, inclusivamente, há determinados indivíduos que, na altura dos fogos, até são controlados. Portanto, existe um sistema em que nós controlamos esses indivíduos para não irem atear fogos. Sabemos quem são. Portanto, são os maluquinhos dos fogos.

E, depois, como, por exemplo, neste verão, houve aqueles que «foi por vingança», quer dizer, «o GNR multou-me e, agora, vou pegar fogo a isto». E morreram dois bombeiros.

Portanto, é muito difícil criar um padrão-tipo do incendiário porque existe uma multiplicidade.

Se há mais fogos hoje do que havia antigamente? Não, não há, há menos fogos, há é mais notícia de fogos, muito mais notícia de fogos. Hoje em dia, o fogo é uma notícia.

Aparte fora do microfone.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Qualquer tipo de fogo é notícia hoje, até nos armazéns, casas, etc.

Aparte fora do microfone.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Eu penso que com intenção criminosa e, portanto, com dolo, ou melhor, com indícios de dolo que, depois, só o tribunal pode julgar se é ou não dolo.

O Sr. Coordenador: - Intencionalmente!

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Sim, intencionalmente. Penso que há menos. Por descuido há muito. E, às vezes, dizem que há mão criminosa. Não sei se já vos contaram isto, mas deixem-me que vos conte: há um incêndio e, depois, dizem «ai e agora quer um incêndio lá mais à frente, e agora há ali um indivíduo qualquer». Não há indivíduo nenhum. Às vezes são os animais que estão dentro do fogo, o pelo incendeia, fogem e correm 100, 200 ou 500 metros e, depois, caem e morrem ali, naquele sítio, e ateiam outro fogo. Portanto, tem a ver com os animais, como coelhos, sacarabos e esses animais todos que aí há.

Sobre se a GNR deveria ou não ser a entidade que autua, que cobra, etc. Claro que não. A GNR faz a sua parte e, depois, o Instituto de Conservação da Natureza também devia fazer a sua parte, criando um pequeno núcleo... Nós até ajudamos a fazer aquilo, que é o que fazemos com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Aquilo não tem dificuldade alguma, é uma coisa simplicíssima, é criar uma máquina que faça aquilo e que seja diferente da GNR. Mas não é caso único porque, por exemplo, tudo que tem a ver com munições e explosivos, a polícia faz tudo e não há mais nenhuma entidade que faça.

Uma voz não identificada: - (...) a Autoridade Nacional de Protecção Civil?

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Não, tem que ser o ICNF. A Autoridade Nacional de Protecção Civil tem outra abrangência que não o Instituto de Conservação da Natureza. Eu penso que tem que ser o ICNF. Mas também se for a Guarda, não é caso único.

A Sr.^a **Isabel Oneto (PS):** - Não, está errado!

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Sim, não colhe bem, mas não é caso único.

Penso que respondi a tudo, não sei se ficou alguma...

Aparte fora do microfone.

O Sr. General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana: - Ah, as acções de sensibilização!

Este ano, fizemos cerca de 1086 ações de sensibilização, com 33 407 assistentes. Foram bastantes e empregámos mais gente do que na campanha que fazemos, todos os anos, do recenseamento dos idosos, não é tão mediático e, portanto, não aparece tanto na televisão ou não suscita tanto interesse à televisão. Há outras coisas que suscitam mais interesse na parte mediática, que é a parte dos idosos e a parte das crianças e há outras que e nós...

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Coronel Oliveira, faça favor.

O Sr. **Coronel Oliveira**: - Obrigado, Sr. Coordenador.

A Guarda, nos últimos anos, sempre tem feito estas ações de sensibilização, que programa, especificamente, por norma, um mês e meio antes do início da época dos incêndios, para todo o País, com uma diretiva, que cria internamente, para essas ações. Tem tido sempre um papel de sensibilização semelhante ao que tem mo ICNF, em termos de folhetos. Procurou-se, sobretudo junto das escolas, que é onde temos apostado mais, mas também junto das juntas de freguesia, reunir com as pessoas mais idosas e, neste aspeto, temos virado mais para lá das crianças porque temos, de facto, sentido que, junto da população mais idosa, a ação de sensibilização perde-se muito naquilo que se pretende transmitir.

Desde há dois anos, temos, também nestas ações de sensibilização, dado ênfase à hipótese de aplicação das coimas e o valor delas para tentar dissuadir as pessoas porque pensamos que, esta sim, poderá ser uma forma de atingir as pessoas mais idosas. Na escola, de facto, temos tido muito boa receção da classe estudantil.

Para além deste período que fazemos de intensificação em todo o País não só com o pessoal do SPNA mas também com os Núcleos da Escola Segura para irmos às escolas, fazemo-lo, depois, durante todo o ano, junto dos pastores,

daquelas classes que mais utilizam a floresta, chamando, de fato, a atenção para os «perigos» que há em fazer fogo e distribuámos aquilo que existe em termos dos nossos folhetos e, de fato, junto dessas classes, temos sentido alguma evolução nessa parte, mas essa evolução nem sempre chega.

Agora, sobre o projecto-piloto, falará o Sr. Tenente-Coronel.

O Sr. **Coordenador**: - Sr. Tenente-Coronel Tavares, faça favor.

O Sr. **Tenente-Coronel Tavares**: - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos que cerca de 80 a 90% das ignições ocorrem no interface rural/urbano. Se conseguirmos fazer cumprir o Decreto-Lei n.º 124, sabemos que esse número de ignições irá decrescer significativamente. Foi isso que tentámos fazer cumprir, sendo certo que, com o constrangimento que muito bem o Exmo. Comandante da GNR referiu, grande parte dos autos não são sequer vistos ou sancionados.

Portanto, tentámos ir a montante e, para o efeito, fiscalizámos massivamente as áreas de Porto de Mós e Alcanena, que foram os municípios com quem conversámos e nos deram algumas garantias, depois, de aplicação da coima.

Antes da elaboração do auto, que é o que normalmente fazemos quando detetamos uma infração, sensibilizámos as pessoas que estavam em infração, fizemos uma segunda fiscalização posteriormente e só aplicamos o auto àquelas pessoas que, da segunda fiscalização, não cumpriram aquela primeira sensibilização, digamos assim, e esses autos foram devidamente processados naquele período.

Em termos de números, posso dizer-vos que fiscalizámos 400 quilómetros quadrados de terreno, identificámos 82 000 proprietários, o que é um drama, identificámos, logo, nesta primeira fiscalização, 6000 infrações e, depois das

ações de sensibilização e de falar com estes potenciais infratores – vou chamá-los assim –, verificámos que cerca de 95% destas infrações foram cumpridas normalmente sem qualquer sanção. Portanto, houve uma aplicação residual de autos de contraordenação o que, de algum modo, facilitou até o trabalho administrativo das câmaras municipais.

Agora, isto tem um problema e nós, neste ano, estamos a pensar e inclusivamente estamos a tentar, e penso que o SEPNA será também envolvido no projeto, que seja expandido a todo o território. Temos, porém, um problema, ou seja, isto poderá funcionar no primeiro ano, no segundo ano eventualmente, mas, se efetivamente, depois, não houver a aplicação da coima aos indivíduos que não cumprem, cai tudo por terra porque, efetivamente, quem cumpre acaba por se sentir duplamente prejudicado porque, se houver um incêndio numa zona entre quem cumpriu e quem não cumpriu, acabam por ficar os dois prejudicados e, ao fim e ao cabo, quem limpou é duplamente prejudicado porque limpou e ficou na mesma com o terreno estragado, digamos.

Basicamente é isto.

O Sr. **Coordenador**: - Faça favor, Sr. General.

O Sr. **General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana**: - Também só queria dizer que este projecto-piloto resultou porque os presidentes das câmaras foram colaborantes, o que não significa que os outros todos sejam. Isto por um lado. Por outro lado, sobre o que o Sr. Tenente-Coronel disse, nós, em todo o território nacional, fazemos isso, isto é, quando detetamos determinado terreno que não está limpo, vamos ao proprietário e damos-lhe 15 dias para limpar e, passados 15 dias, passamos lá outra vez e, se aquilo continuar na mesma, passamos a coima. Mas como eles sabem que, depois, a câmara ou a junta não faz nada, fica assim.

Não sei se respondemos a tudo...

O Sr. **Coordenador**: - Muito obrigado, Sr. Comandante, Sr. Coronel e Sr. Tenente-Coronel pela vossa colaboração e, mais uma vez, o meu pedido de desculpas pelo atraso.

Muito obrigado.

A reunião continua para programação das audições subsequentes.

O Sr. **Coordenador**: - Ora bem, tínhamos mais duas audições previstas, mas, como disse no início dos nossos trabalhos, foram canceladas pela Associação Nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Freguesias, que mantém a sua disponibilidade de cá virem e, portanto, temos de recalendarizar essas audições e temos já outras programadas.

Portanto, estamos a aguardar umas respostas para o dia 22 e há um dos convidados que diz que apresentará um documento escrito.

Temos, depois, aqui uma provisão, no âmbito da Prevenção Estrutural «Produtores Florestais e Organização Territorial», de três entidades gestoras ZIF e mais três baldios. Temos, agora, de concretizar quais serão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Relativamente às audições, queria sugerir duas coisas: primeiro, nós fizemos uma proposta, que está consolidada com todos os partidos e, portanto, queria aproveitar esta oportunidade apenas para tentar sugerir que os bombeiros fossem ouvidos individualmente...

O Sr. **Coordenador**: - Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para esta proposta do Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - ... porque houve uma reação, por parte dos bombeiros, aquando da audição dos comandantes nacionais e, portanto, creio que era importante que fossem ouvidos individualmente.

O Sr. **Coordenador**: - (...) ...havia aqui, no «documento» inicial, que aprovámos, uma audição em conjunto da Liga dos Bombeiros e da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e da Associação Nacional dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Sim, isso se fossem três audições, tal como temos vindo a fazer, com uma hora para cada um...

O Sr. **Coordenador**: - Portanto, ouvir mas cada um de *per si*.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Individualmente.

O Sr. **Coordenador**: - Pronto!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Nos outros casos, podíamos dividir ao meio, isto é, parece-me que seis entidades é muito e, portanto, podíamos ouvir três mais três. Quer dizer, não juntávamos...

O Sr. **Coordenador**: - Como é o caso seguinte do Prof. Xavier Viegas...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Estou a falar das ZIF. Todos eles são seis entidades e, portanto, dividia-se ao meio. Julgo que ouvir mais do que três de cada vez parece excessivo e, como nós fazemos isso por dia, dividimos o dia e fazemos duas audições em vez de fazer uma audição conjunta para todos.

Dividíamos três ZIP e três baldios.

O Sr. **Coordenador**: - E, neste caso, das entidades gestoras das ZIF e dos baldios já há uma identificação?

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - A sugestão que tinha relativamente aos baldios era que o Partido Comunista indicasse dois baldios e o CDS indicasse um baldio, pois tinha sido isso que tínhamos conversado, sendo que seria um baldio da Zona Norte por parte do CDS e, por parte do PCP, um baldio da Zona Norte e outro da Zona Centro. Tinha sido essa a articulação que tínhamos feito.

Sobre as ZIP, o que tínhamos visto é que convinha ser uma ZIP em cada região, portanto, que não fossem todas da mesma região e que complementássemos com os baldios. Mas faremos uma sugestão concreta sobre as ZIP.

O Sr. **Coordenador**: - Era melhor ver isso em termos concretos para se fazer essa sugestão, que me parece bem pensada, ou seja, se vierem representantes dos baldios de determinada zona, fazer uma representação das ZIF de outras zonas, isto é, complementar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Lynce.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós não pomos qualquer obstáculo às decisões da Mesa, nomeadamente ao nosso relator com o qual concordamos totalmente.

Há, contudo, uma coisa que nos preocupa e sobre a qual já falei com o próprio Miguel: o tempo corre e eu não sei até que ponto, com toda a franqueza, atendendo até que acho que a escolha está correta, procurando, por exemplo, no caso dos baldios, um que seja indicado pelo João, com o que estamos totalmente

de acordo, outro que seja indicado pelo Abel, nomeadamente porque são zonas deles e eles conhecem isso. O João tem todos esses contactos.

Penso que estas duas chegariam e, quando muito, se houver outras que queiram responder, assim como as ZIF, porque, com toda a sinceridade, não vejo que a gente consiga resolver isto até Março e é mais um problema. Porque, depois, Sr. Presidente – e este problema pus ao Miguel e acho que ele tem toda a razão -, nós estarmos a acumular papel, papel e mais papel e, depois, então, vamos nadar em papel.

O Sr. Coordenador: - A gestão vai ser difícil!

O Sr. Pedro Lynce (PSD): - Complicada!

Por isso, na minha perspetiva, com toda a franqueza, concordando com o vosso perfeccionismo, que acho que era perfeito e não via qualquer inconveniente, tanto mais que acho, provavelmente, que ainda vamos juntar a isto uma visita, talvez quando o tempo for um bocadinho melhor, para ver *in loco*, estou com um bocadinho de medo em termos da gestão do tempo, embora, volto a dizer, tudo o que o Sr. Presidente e o Sr. Relator decidirem, nós apoiamos, com certeza, não há problema absolutamente nenhum.

Apenas alerta para esta preocupação que deve também ser a vossa.

Muito obrigado.

O Sr. Coordenador: - Pois, essa preocupação esteve presente desde início e daí até termos logo traçado a ideia de ouvir muitas dessas entidades por escrito porque, para estarem aqui, não iríamos ter tempo físico para isto tudo.

Agora, o que talvez se pudesse ir fazendo e, depois, ajudaria aqui o nosso trabalho político, digamos assim, era, em função da documentação que me está a ser trazida, e se fosse possível – parece que isso está também a ser

implementado – dispormos da descodificação das gravações, pedirmos aqui e, depois, pedia também aos Srs. Assessores, e, se isso se tornar necessário, poderia mesmo falar à Sr.^a Presidente para reforçar aqui a assessoria neste sentido: pedir aos Srs. Assessores que nos fizessem uma triagem e que nos identificassem, nessa na análise documental – sem prejuízo obviamente da nossa análise posterior –, aqueles pontos dentro destas duas ideias, que temos aqui veiculado, que são: eventuais alterações legislativas e eventuais recomendações ao Governo.

Penso que isso ajudaria o nosso trabalho porque nenhum de nós... temos todo um trabalho político absorvente e isso era uma ajuda importante.

Compreendo que os Srs. Assessores, que estão aqui a dar a sua colaboração, já estão também sobrecarregados com o trabalho noutras áreas, designadamente nas Comissões que estão a assessorar, designadamente a da Agricultura, mas pedia também a vossa opinião porque o empenho que a Sr.^a Presidente, desde o início, demonstrou em relação ao Grupo de Trabalho, com certeza que iríamos encontrar uma solução transitória, enfim, o tempo de vigência do Grupo de Trabalho é relativamente curto, para ter um reforço de assessoria para esse trabalho porque é muito papel, é muita coisa e torna-se, depois, difícil cumprir os tempos.

Acho que para este efeito de termos o cumprimento dos tempos, este trabalho era muito importante que fosse feito.

Se estiverem de acordo, procuraríamos, então, seguir esse método.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Sr. Presidente, muito grato pela intervenção porque, de fato, ajudar-nos-ia o trabalho que estamos a fazer. O assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Hugo Almeida é um homem

especialista na área da floresta e julgo que seria útil o complemento da assessoria que viesse a ser feito...

O Sr. **Coordenador**: - Eu acho que não há nenhum obstáculo, pelo contrário...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Não, não, era só para acrescentar...

O Sr. Coordenador: - ..., que os Srs. Assessores dos partidos, que saudamos aqui porque são pessoas que estão qualificadas nesta matéria, depois, articulariam e davam também o seu contributo. Isso, para nós, era perfeito.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - ... àquilo que o Sr. Presidente tinha dito do perfil, se fosse possível, de um jurista, ajudava-nos. Portanto, uma assessoria que viesse a complementar o nosso trabalho da área jurídica, era importante.

Tínhamos também aqui para discutir a questão do *site* e para responder também à proposta que foi feita pelo Sr. Deputado Pedro Lynce.

Aquilo que eu sugeria era o seguinte: que nós, naturalmente no *site* puséssemos a organização dos nossos trabalhos e que fôssemos colocando os documentos que nos fazem chegar.

De qualquer maneira, aquilo que nós assumiríamos era que, para cada uma das audições, nós validaríamos, junto da entidade que aqui apresentou, um conjunto de quatro ou cinco conclusões. Isto é, quem olhasse para o *site* a primeira coisa que encontraria era aquilo que eram as conclusões retiradas das intervenções...

O Sr. **Coordenador**: - ... da própria audição. Ficávamos «com a própria entidade».

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - ... que seriam validadas com a entidade para não estar uma coisa que... e para dar uma certa orientação até às intervenções que pretendemos aqui fazer.

Para além disso, temos construído uma matriz daquilo que devem ser as grandes questões, que temos aqui e que decorrem das questões que os Grupos Parlamentares aqui colocaram. E, portanto, essa matriz também seria disponibilizada, desde já.

Finalmente, o Sr. Deputado Pedro Lynce tinha colocado uma outra questão, que era a possibilidade de irmos fazendo um ponto de situação à medida que íamos avançando. Naturalmente, a minha disponibilidade. Eu creio que não vale a pena estarmos a fazer isto todas as semanas, mas, depois deste dois grupos de audições, na próxima semana, podíamos fazer um ponto de situação, fazíamos mais dois grupos de audições porque vamos discutir a questão da Prevenção Estrutural e, no final da Prevenção Estrutural, faríamos mais um ponto da situação e, depois, vamos discutir a questão do combate e, no final do combate, faríamos o último ponto de situação.

Portanto, era esta, basicamente, a proposta que tinha em termos de metodologia de trabalho.

O Sr. **Coordenador**: -Da minha parte...

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Lynce.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estou totalmente de acordo com a metodologia apresentada pelo deputado Miguel Freitas e apenas propunha um pequeno ajustamento que, estou convencido, foi o que o Sr. Presidente disse: os assessores, acho que sim, sob a orientação do Sr. Presidente ou do relator. Estou perfeitamente de acordo

que possam ajudar porque, inclusive, esta grelha, vamos assim dizer, de que o Sr. Relator nos falou, com certeza vai sendo flexível, vai sendo corrigida à medida que vamos andando, mas, sinceramente, penso que é a única maneira de chegarmos ao fim e termos algumas esperança de termos conclusões porque, caso contrário, isto vai prolongar-se eternamente.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - E perdemo-nos na vastidão da documentação!

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): - Isto aqui, quer com a metodologia tanto do Sr. Presidente como com a metodologia do relator, estamos cem por cento de acordo.

Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: - Agora, para além das audições, nós tínhamos também, porventura em fase distinta ou, enfim, conjugando com estas audições, as visitas, e talvez fosse de irmos começando a pensar – fizemos aquela inicial – em entremear aqui algumas visitas com estas audições para irmos ganhando algum tempo.

Têm alguma...

O Sr. **Pedro Lynce**: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Coordenador**: - Só depois, isto é, fazer isto numa fase subsequente, não misturar as duas coisas. Tudo bem.

Agora, temos aqui duas coisas concretas, digamos, que é uma deslocação ao Algarve e ao Caramulo.

Não sei se haverá mais alguma coisa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): - Tínhamos a proposta para as três ZIP: a Caule, que é da Zona Centro, uma que é em Abrantes, que a Sr.^a Ministra visitou e que é um bom exemplo de trabalho e uma do Algarve, portanto, de S. Brás e Tavira, que foi aquela que apanhou o grande fogo, até porque nos permitiria saber, exatamente, como é que está a evoluir agora o pós-fogo.

Portanto, seriam as três ZIP que nós propúnhamos e, depois, vê-se a direcção...

Pausa.

Apartes inaudíveis na gravação.

O Sr. **Coordenador**: - Diz-me aqui o Sr. Dr. Ruas que já têm estado a fazer este trabalho informalmente, em articulação com os assessores dos Grupos Parlamentares e com a envolvência também do assessor dos serviços e queriam ver da disponibilidade do assessor, que a Sr.^a Presidente tem destacado para este efeito, e eles próprios nos darão conta desta hipótese, que coloquei, do reforço da assessoria e, preferencialmente, com a qualificação que o Dr. Miguel Freitas referiu, que é a da área jurídica.

Portanto, vamos manter esta metodologia e quando fizermos, então, o ponto de situação final das audições, ou antes disso, se entendermos, por uma questão de programação, em função das reuniões que vamos fazendo, programar depois as deslocações.

Não sei se querem acrescentar mais alguma coisa...

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Apenas para dizer o seguinte: há uma visita que poderia ocorrer aqui, em Lisboa, que é ao GIPS. Nós podemos, se eles estão disponíveis para isso e, portanto, se for entendido como oportuno, fazer uma visita aos GIPS...

O Sr. **Coordenador**: - Do grupo da GNR!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Sim, da GNR. Eles estão disponíveis para isso. E, aí, localmente, somos capazes de ver melhor como é que eles programam toda a sua atividade e a própria coordenação e como é aqui, em Lisboa, poderia, eventualmente, ter interesse.

Uma voz não identificada: - Depois de ouvida toda esta teoria, estou de acordo..., (...) conforme o espaço...

O Sr. **Coordenador**: - Sim, é de tomar nota desta hipótese.

Aliás, penso que, por aquilo que disse aqui o comandante da GNR, que esta é uma área que vai necessitar de intervenção legislativa porque eles estão numa situação quase de fato.

Apartes inaudíveis na gravação.

O Sr. **Coordenador**: - É uma das vertentes, como eles explicaram.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. **Coordenador**: - Sim, mas também não pode ser assim.

Depois, veremos, depois analisaremos as implicações políticas das coisas.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. **Coordenador**: - Mas eles explicaram isso!

Pronto, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.